

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

Ministério da
Educação

Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF)

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

ENSINO MÉDIO

BLOCO 3

LIVRO DO PROFESSOR

1ª EDIÇÃO REVISADA

BRASÍLIA – DF. CONEF, 2013.

Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF)

Banco Central do Brasil (BCB)

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)

Superintendência de Seguros Privados (Susep)

Ministério da Fazenda (MF)

Ministério da Educação (MEC)

Ministério da Previdência Social (MPS)

Ministério da Justiça (M)

Representantes da sociedade civil para o período 2011-2014:

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA)

Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA)

Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg)

Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)

Grupo de Apoio Pedagógico (GAP)*

Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC)

Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica (DICOCEB/SEB/MEC)

Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania (DEIDHUC/SECAD/MEC)

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA)

Associação Brasileira de Administradoras de Consórcio (Abac)

Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec)

Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA)

Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg)

Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED)

Escola Nacional de Seguros (FUNENSEG)

Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)

Instituto Unibanco (IU)

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)

**A partir da instituição da ENEF, o GAP adquiriu nova composição, conforme Art. 5º do Decreto nº 7.397/2010.*

Agradecimento especial aos alunos do 1º ano do Ensino Médio de 2009 da Escola SESC de Ensino Médio, no Rio de Janeiro.

Coordenação do Programa Educação Financeira nas Escolas: Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil)

www.vidaedinheiro.gov.br

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Banco Central do Brasil.

Educação financeira nas escolas: ensino médio: livro do professor / [elaborado pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) – Brasília: CONEF, 2013.

3 v. : il. color.

Conteúdo: **Bloco 1.** Vida familiar – Vida social – Bens pessoais – **Bloco 2.** Trabalho – Empreendedorismo – Grandes projetos – **Bloco 3.** Bens públicos – Economia do país – Economia do mundo.

ISBN: 978-85-67217-05-5

1. Educação financeira (Ensino médio) - estudo e ensino. 2. Finanças pessoais (Ensino médio) – estudo e ensino. I – Comitê Nacional de Educação Financeira (Brasil)(CONEF). II – Título

CDD 332.04

CDU: 64.031.3



O Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) adota a Licença de Atribuição (BY-NC-ND) do Creative Commons (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/>) nos livros "Educação financeira nas escolas". São permitidos o compartilhamento e a reprodução, contanto que sejam mencionados os autores, mas sem poder modificar a obra de nenhuma forma, nem utilizá-la para fins comerciais.

APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO DO COREMEC

O presente material é o resultado da atuação coordenada de diversas instituições do Estado e da sociedade civil com o objetivo de promover a educação financeira da população brasileira. Sua origem remonta à iniciativa do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), instituído pelo Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006, de constituir Grupo de Trabalho, sob coordenação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para propor uma estratégia nacional de educação financeira.

O COREMEC é integrado pelo Banco Central do Brasil (BCB), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e tem o propósito principal de promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas à captação pública da poupança popular.

Tal propósito tem os objetivos de promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos e contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

No intuito de construir uma proposta conjunta com a iniciativa privada e a sociedade civil, foi autorizada a participação de membros auxiliares nos trabalhos do grupo, selecionados entre aqueles que pudessem contribuir para o desenvolvimento do tema educação financeira. Esse trabalho conjunto entre dimensões pública e privada da vida social objetivava desenvolver-se com legitimidade e assegurar o apoio institucional necessário para a execução.

Entre as iniciativas consideradas, o COREMEC julgou estratégica a elaboração de um programa para a educação financeira de crianças e jovens, considerando a experiência internacional que aponta para a necessidade de inserir o tema ainda na escola, a fim de ajudar na formação de uma cultura de prevenção e de planejamento, investimento, poupança e consumo conscientes.

Diferentemente de algumas estratégias nacionais de educação financeira desenvolvidas por outros países, o programa envolveu, desde a sua concepção, educadores, instituições públicas de ensino e entidades representativas dos setores educacional (Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED – e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME) e financeiro, além dos órgãos integrantes do COREMEC, tendo trabalhado em estreita colaboração com o MEC, por meio, principalmente da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e da Secretaria de Educação Básica (SEB), para planejar e construir a forma mais adequada de levar o tema às escolas.

Para organizar esse esforço e articular a atuação de diversas instituições, e considerando também a estrutura do sistema educacional, a autonomia das escolas e o papel da União na coordenação da política nacional de educação, foi constituído o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), no qual a participação de atores não-governamentais foi intensa.

Esse grupo elaborou, sob coordenação de educadores do Instituto Unibanco, o documento *Orientações para Educação Financeira nas Escolas*,¹ que foi apresentado em seminário sediado pelo BCB, em Brasília, em setembro de 2008, com a participação de representantes do MEC e das Secretarias de Educação de estados e municípios.

O Ensino Médio foi escolhido como o primeiro nível de ensino a receber os materiais didáticos elaborados por educadores do Instituto Unibanco, com a colaboração de representantes do COREMEC e dos diferentes sistemas de ensino, e aprovados no âmbito do GAP.

O Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar e a Superintendência de Seguros Privados, em conjunto com todas as instituições que apoiaram esse programa, acreditam que essa iniciativa se tornou possível graças ao atual estágio de amadurecimento institucional do Brasil, que possibilitou o trabalho voluntário de diversas pessoas e instituições ao longo de dois anos de esforço conjunto, unidos pelo objetivo maior de construir uma trajetória sustentada de desenvolvimento socioeconômico, com a redução das desigualdades sociais e econômicas e a promoção da cidadania.

**Comitê de Regulação e Fiscalização dos
Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de
Previdência e Capitalização (COREMEC)**

Brasília-DF
2010

¹ www.vidaedinheiro.gov.br

APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO DO CONEF

Este livro faz parte de um importante programa educacional brasileiro: o Programa Educação Financeira nas Escolas, uma iniciativa da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) com o objetivo de oferecer ao jovem estudante a formação necessária para que possa tomar decisões financeiras conscientes e sustentáveis tanto para a vida pessoal quanto para o país. O Programa foi desenvolvido para as escolas porque a instituição escolar é um espaço fundamental para construção das competências necessárias para o jovem enfrentar os desafios sociais e econômicos da sociedade, e também para a construção e o exercício da cidadania.

A ENEF, instituída pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, é resultado de um intenso trabalho de instituições do Estado e da sociedade civil. A iniciativa foi desencadeada pelo Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC). Juntamente com a Estratégia Nacional de Educação Financeira, foi criado o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), que recebeu a responsabilidade de definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF.

O Conef é composto pelas seguintes instituições: Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Ministério da Fazenda (MF), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Previdência Social (MPS), e Ministério da Justiça (M), além de quatro representantes da sociedade civil. Para o período 2011-2014, foram escolhidas para representar a sociedade civil no Conef as seguintes instituições: Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) e Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

O Programa Educação Financeira nas Escolas é uma ação relevante e estratégica para toda a sociedade brasileira. Ao inserir a educação financeira na formação dos estudantes, o Programa contribui para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente. Os conhecimentos adquiridos com este material podem favorecer a transmissão do aprendizado pelos jovens a seus familiares e podem ajudá-los a conquistar sonhos individuais e coletivos e a protagonizar suas trajetórias de vida.

Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF)

Brasília, DF
2013

Prezado Professor,

Você está recebendo o Livro do Professor de Educação Financeira, que, juntamente com o Livro do Aluno e o Caderno do Aluno, compõe o conjunto de materiais didáticos preparados especialmente para você trabalhar o tema com seus alunos.

O Livro do Professor está organizado em duas partes. A Parte I apresenta os conceitos pedagógicos que fornecem suporte ao programa de Educação Financeira nas escolas. A Parte II é o espelho do Livro do Aluno, acrescido de orientações pedagógicas e de informações adicionais para trabalhar os conteúdos de Educação Financeira em sala de aula.

A você, professor, agente fundamental no processo de aprendizagem dos alunos, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), em conjunto com todas as instituições envolvidas na concepção, execução e coordenação do Programa de Educação Financeira nas Escolas, deseja que seu envolvimento e atuação contribuam para resultados significativos não só na vida dos alunos como na sua própria também.

SUMÁRIO

Bloco 1

1	PARTE I
1	Justificativa
1	Modelo Pedagógico
7	As Situações Didáticas (SDs)
10	Os elementos de página
10	Organização do livro
15	PARTE II
16	O que você já sabe?
18	TEMA 1 • VIDA FAMILAR COTIDIANA
18	Anote na agenda para não esquecer
20	Calendário
22	Reparos na casa
24	Supermercado
26	Ponha na balança
30	Imprevistos acontecem!
34	Para gastar é preciso ter
36	TEMA 2 • VIDA SOCIAL
36	Que desperdício...
38	E vai rolar a festa
40	Ceder ou não ceder à pressão dos amigos: eis a questão!
44	Comprando um presente
46	Acampamento
48	Viva São João!
50	Voltando de viagem
52	TEMA 3 • BENS PESSOAIS
52	Em busca do tênis perfeito
54	Computador
58	Câmera digital
62	Num passe de mágica
66	Celular
70	Quebrou! E agora, quem me defende?
74	Traduzindo o dinheiro
76	Sonho Planejado
77	Referências bibliográficas
79	Glossário

SUMÁRIO

Bloco 2

1	PARTE I
1	Justificativa
1	Modelo Pedagógico
7	As Situações Didáticas (SDs)
10	Os elementos de página
10	Organização do livro
15	PARTE II
16	O que você já sabe?
18	TEMA 4 • TRABALHO
18	O trabalho dá as cartas
20	Primeiro emprego
24	Renda-se!
26	Vacas magras e vacas gordas
30	O incrível caso do 13º salário que sumiu
32	Linhas da vida
34	Antenor, o precavido trabalhador
38	TEMA 5 • EMPREENDEDORISMO
38	Uma grande ideia!
42	Quais são os seus talentos?
44	Profissão: Empreendedor
48	A alma do negócio
50	Mãos à obra!!
52	Vitória!
54	Muito além do lucro
58	TEMA 6 • GRANDES PROJETOS
58	Tijolo por tijolo
62	Surpresa!
64	No seu cantinho
70	Todo o dia ela fala a mesma coisa
74	Um carro para chamar de seu
78	Agora é a minha vez de ajudar os meus pais
80	Quantos quilômetros separam você do seu amanhã?
82	Sonho Planejado
83	Glossário
85	Referências bibliográficas

SUMÁRIO

Bloco 3

1	PARTE I
1	Justificativa
1	Modelo Pedagógico
7	As Situações Didáticas (SDs)
10	Os elementos de página
10	Organização do livro
15	PARTE II
16	O que você já sabe?
18	TEMA 7 • BENS PÚBLICOS
18	Tudo tem o seu preço
20	Orçamento escolar
22	Livro escolar
24	Espaço público
26	Serviços públicos
30	Corrupto, EU?
32	Rap do contador
34	TEMA 8 • ECONOMIA DO PAÍS
34	Cultura e esporte
38	Meu bicho-papão nunca foi a inflação
42	Supervisores do Sistema Financeiro Nacional
48	Falando “economês”
52	Mercado
56	Previdência
60	Salário mínimo
64	TEMA 9 • ECONOMIA DO MUNDO
64	Fascículo Especial sobre Moeda
68	Rádio Sul-americana
70	O jogo dos blocos econômicos
72	Negócio da China
76	Organismos internacionais
80	O bem-estar do seu país
84	Momento de crise: E eu com isso?
88	Sonho Planejado
89	Referências bibliográficas
91	Glossário

PARTE I

JUSTIFICATIVA

A entrada da Educação Financeira nas escolas se justifica por diversas razões amplamente estudadas pelos países que já acumulam experiência na área. Entre essas razões se destacam os benefícios de se conhecer o universo financeiro e de se tomar decisões financeiras adequadas, que fortaleçam o comando autônomo da própria vida e, por extensão, do âmbito familiar e comunitário.

A Educação Financeira nas escolas se apresenta como uma estratégia fundamental para ajudar as pessoas a enfrentar seus desafios cotidianos e a realizar seus sonhos individuais e coletivos. Discentes e docentes financeiramente educados são mais autônomos em relação a suas finanças e menos suscetíveis a dívidas descontroladas, fraudes e situações comprometedoras que prejudiquem não só a própria qualidade de vida como a de outras pessoas.

A Educação Financeira tem um papel fundamental ao desenvolver competências que permitem consumir, poupar e investir de forma responsável e consciente, propiciando uma base mais segura para o desenvolvimento do país. Tal desenvolvimento retorna para as pessoas sob a forma de serviços mais eficientes e eficazes por parte do Estado, numa relação saudável das partes com o todo.

MODELO PEDAGÓGICO

O modelo pedagógico foi concebido para oferecer ao aluno informações e orientações que favoreçam a construção de um pensamento financeiro consistente e o desenvolvimento de comportamentos financeiros autônomos e saudáveis, para que ele possa, como protagonista de sua história, planejar e fazer acontecer a vida que deseja para si próprio, em conexão com o grupo familiar e social a que pertence. Nesse sentido, o foco do trabalho recai sobre as situações cotidianas de vida do aluno porque é nelas que se encontram os dilemas financeiros que ele precisará resolver. Os estudos sobre diversas experiências internacionais confirmam que os alunos aprendem melhor no contexto das situações reais que enfrentam.

Para dar concretude a essas intenções, o modelo pedagógico se apoia em duas dimensões conceituais, às quais se conectam sete objetivos gerais que, por seu turno, se traduzem em dez competências. É o que explicam as próximas páginas.

Dimensões

O cotidiano acontece sempre em um espaço e um tempo determinados. Como a Educação Financeira é comprometida com esse cotidiano, é importante que seja estudada de acordo com as dimensões espacial e temporal.

Na **dimensão espacial**, os conceitos da Educação Financeira são tratados tomando-se como ponto de partida o impacto das ações individuais sobre o contexto social e vice-versa. Essa dimensão compreende os níveis individual, local, regional, nacional e global, organizados de modo inclusivo.

Em todo o material de Educação Financeira, entende-se que o “nível individual” abrange também a família – uma vez que o aluno de Ensino Médio geralmente não goza de plena autonomia financeira –, e entende-se “família” como o conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo teto, independentemente dos laços familiares.

Na **dimensão temporal**, os conceitos são abordados a partir da noção de que as decisões tomadas no presente podem afetar o futuro. Os espaços são atravessados por essa dimensão que conecta passado, presente e futuro numa cadeia de inter-relacionamentos que permitirá perceber o presente não somente como fruto de decisões tomadas no passado, mas também como o tempo em que se tomam certas iniciativas cujas consequências – positivas e negativas – serão vivenciadas no futuro.

A Figura 1 ilustra como se relacionam os níveis da dimensão espacial entre si e com a dimensão temporal que os atravessa.

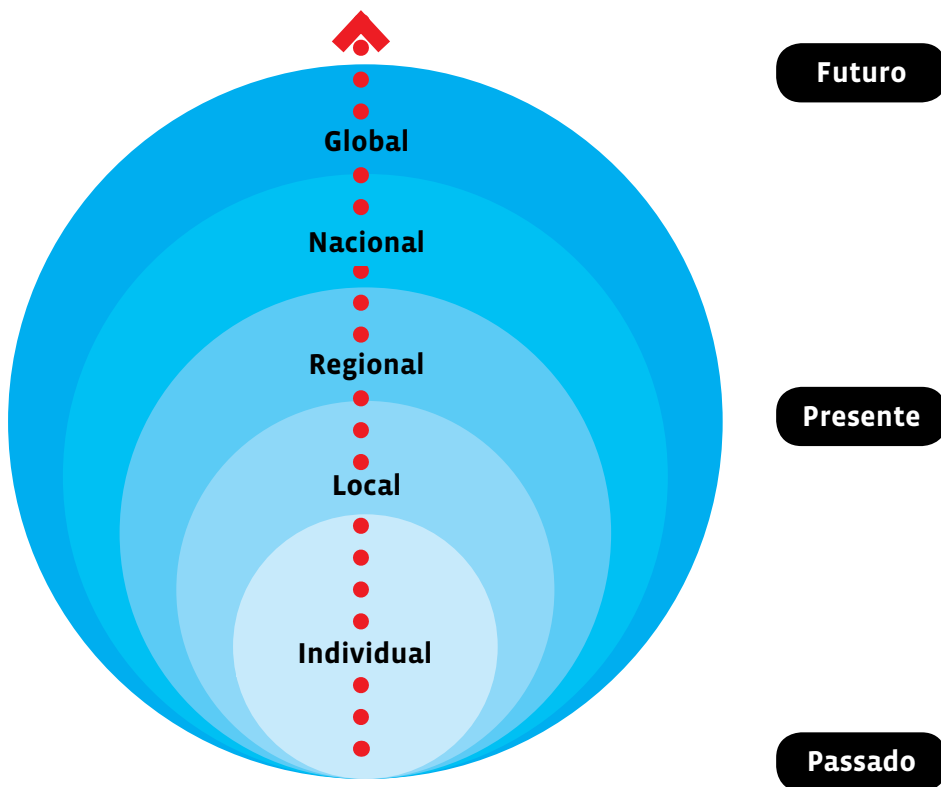


Figura 1 - Dimensões espacial e temporal da Educação Financeira

Objetivos

A Educação Financeira nas escolas apoia-se em sete objetivos intimamente ligados às dimensões descritas.

Os objetivos que se voltam para a **dimensão espacial** procuram apontar para dois movimentos distintos, a saber, circunscrição e mobilidade.

De um lado, há o fato de que em certas circunstâncias é preciso ater-se a determinado espaço. Por exemplo, é desejável que cada indivíduo cuide da própria vida financeira de modo adequado para que suas obrigações não atinjam outras pessoas, ou seja, é necessário ficar circunscrito ao espaço individual. Da mesma forma, um país não deveria causar danos ambientais e apresentar a conta ao restante do planeta, isto é, um problema desse tipo deveria ser solucionado no próprio âmbito nacional, e não no global.

Contudo, se, por outro lado, as pessoas transitarem exclusivamente em seus restritos espaços individuais, não conseguirão sentir-se parte integrante dos espaços sociais mais abrangentes. Isso significa que é preciso compreender as diversas inter-relações dos níveis de organização social, por exemplo, a reunião de esforços individuais em torno de projetos que beneficiem a comunidade ou a cooperação entre estados e municípios para atingir alguma meta nacional. A compreensão dessas inter-relações é ingrediente essencial para o exercício da cidadania e da responsabilidade social, que, por sua vez, oferecem sustento seguro para a democracia.

Assim, os dois movimentos – circunscrição e mobilidade – se complementam para permitir adequada atenção tanto aos assuntos de natureza individual quanto às necessárias conexões entre indivíduo e sociedade, em prol de projetos que beneficiem a ambos.

Os quatro objetivos a seguir relacionam-se com a dimensão espacial.

Objetivo 1 // Formar para a cidadania

A cidadania é uma articulação dos direitos e deveres civis, políticos e sociais (Marshall, 1967). Ser cidadão, portanto, é ter direito de aproveitar as várias possibilidades que a vida oferece, tais como: liberdade, igualdade, propriedade, participação política, educação, saúde, moradia, trabalho, entre outras.

Ser cidadão é ser responsabilmente ativo na sociedade, protagonizando a construção da democracia. Nessa linha, Perrenoud (2002) indica que ensinar direitos e deveres sem uma mudança de pensamento e uma tomada de ação não é suficiente para se formar cidadãos. É necessário o exercício da cidadania, ingrediente indispensável da construção de uma sociedade democrática e justa. A Educação Financeira tem como principal propósito ser um dos componentes dessa formação para a cidadania.

Objetivo 2 // Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável

O consumo é tratado como um direito, e todos são estimulados a consumir, independentemente de sua condição para tal. O mais comum é orientar-se por padrões sociais, em vez de por projetos pessoais.

No passado, o consumo voltava-se para bens sólidos e duráveis. Atualmente, segundo Bauman (2007), verifica-se uma instabilidade dos desejos aliada a uma insaciabilidade das necessidades. Isso gera uma tendência ao consumo instantâneo e à rápida obsolescência dos objetos consumidos. Esse ambiente é desfavorável ao planejamento, ao investimento e ao armazenamento de longo prazo.

O consumo em níveis adequados é imprescindível para o bom funcionamento da economia. A questão é torná-lo uma prática ética, consciente e responsável, equilibrada com a poupança. Consumir e poupar configuram-se como ações responsáveis se levarem em conta os impactos sociais e ambientais que podem causar. Procura-se, assim, estimular comportamentos como: não transferir problemas financeiros para o outro; não adquirir bens que sejam fruto de relações de exploração ou de empresas sem comprometimento socioambiental; reduzir o consumo desnecessário; ampliar a longevidade dos produtos possuídos; reduzir a produção de lixo; doar objetos úteis não desejados etc.

Objetivo 3 // Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude

À nossa volta, atualmente, circula uma quantidade excessiva de informações e de signos (inclusive financeiros), muitas vezes descontextualizados e incompreensíveis para muitas pessoas. A compreensão da linguagem do mundo financeiro possibilita ao indivíduo obter as informações necessárias para que tome suas decisões de modo autônomo, independente, embora já se saiba que nem toda decisão é tomada com base em informações. Na verdade, estudos de psicologia econômica indicam a concorrência de variáveis de ordem emotiva nas decisões de ordem financeira (Ferreira, 2007).

Outro benefício da Educação Financeira consiste no julgamento crítico que se pode aprender a fazer em relação à publicidade. O campo da publicidade procura aumentar a eficiência das mensagens de consumo e provocar o desejo de adquirir determinados produtos. Ao aprender a fazer uma leitura crítica e racional de mensagens publicitárias a respeito de produtos de consumo, aí incluídos os bens e serviços financeiros, as pessoas se tornam capazes de tomar decisões de modo autônomo, isto é, livres de pressões externas e mais de acordo com suas reais necessidades.

Com a introdução da Educação Financeira nas escolas, espera-se que os indivíduos e as sociedades tenham condições de moldar seu o destino de modo mais confiante e seguro e que deixem de ser beneficiários passivos de programas econômicos e sociais para se tornarem agentes de seu próprio desenvolvimento.

Objetivo 4 // Formar disseminadores

A implantação da Educação Financeira pretende colaborar para uma formação mais crítica de jovens que podem ajudar suas famílias na determinação de seus objetivos de vida e dos meios mais adequados para alcançá-los. Dados recentes (Data Popular, 2008) apontam clara associação entre o comportamento financeiro individual e o familiar. Famílias gastadoras geram filhos gastadores, da mesma forma que filhos poupadores geralmente vêm de famílias poupadoras.

A tendência gastadora talvez possa ser controlada através de conhecimentos levados pelos alunos para suas famílias. Assim, o público beneficiário da Educação Financeira não se restringe ao escolar, mas, por meio dele, atinge um número muito maior de pessoas, ampliando essa disseminação de conhecimentos extremamente útil para a vida na sociedade atual. Dessa forma, promove-se o trânsito de informações pelos distintos níveis espaciais, dos mais próximos aos mais distantes, num ótimo exemplo de que boas práticas e ideias devem transgredir os limites espaciais e circular livremente.

Os objetivos 5, 6 e 7 que veremos agora relacionam-se com a **dimensão temporal** e estão voltados para as articulações entre o passado, o presente e o futuro. A Educação Financeira mostra que o presente contém situações que são o resultado de decisões tomadas no passado. Do mesmo modo, no futuro serão vivenciadas as consequências das ações realizadas no presente.

Objetivo 5 // Ensinar a planejar em curto, médio e longo prazos

A falta de planejamento e a sensação de que o presente não se relaciona com o passado nem com o futuro fazem com que o tempo se limite a uma série de “eternos instantes” acidentais e episódicos, em que os acontecimentos não aparentam ter relação entre si.

A Educação Financeira intenciona conectar os distintos tempos, conferindo às ações do presente uma responsabilidade pelas consequências do futuro. Para alcançar determinada situação, é necessário um planejamento que contemple distintas etapas de execução, envolvendo priorizações e renúncias que não seriam cogitadas pelo pensamento exclusivo do presente.

Objetivo 6 // Desenvolver a cultura da prevenção

A expectativa de vida aumentou, e hoje o ser humano passa mais tempo na condição de aposentado do que no passado recente. Esse aumento, em termos nacionais, constitui um quadro financeiro delicado, uma vez que a pessoa deverá sobreviver com os recursos da aposentadoria por um período mais longo, o que requer um planejamento desde cedo.

Além desse quadro, é prudente planejar pensando nas intempéries da vida. Ninguém está isento de enfrentar situações adversas e inesperadas que podem demandar o uso de uma quantia de dinheiro não prevista no orçamento. Para garantir maior tranquilidade diante de tais situações, há de se conhecer o leque de opções disponíveis, tais como: evitar desperdícios, guardar dinheiro, fazer seguros diversos ou investimentos ou dispor de planos de previdência (pública ou privada).

Objetivo 7 // Proporcionar a possibilidade de mudança da condição atual

A mobilidade social é entendida aqui como a capacidade que uma família apresenta de aprimorar sua condição socioeconômica. Os conhecimentos e as competências oferecidos pela Educação Financeira ajudam a superar e evitar dificuldades econômicas mais graves, podendo auxiliar o indivíduo a rever suas atitudes e sair da condição de endividamento. Contribuem também para criar ou aumentar o excedente, possibilitando a realização de planos de longo prazo que, em última análise, trazem maiores benefícios sociais.

Competências

O trabalho por competências atrela a ação educativa ao fazer do aluno. Em outras palavras, planejam-se as oportunidades de aprendizagem para o aluno desenvolver saberes específicos aplicados a situações concretas que acontecem em determinado espaço e tempo.

Para dar consistência ao modelo pedagógico, é preciso conectar as competências aos objetivos espaciais e temporais anteriormente elencados. É o que o Quadro 1 demonstra.

	OBJETIVOS	COMPETÊNCIAS
OBJETIVOS ESPACIAIS	OB1 Formar para a cidadania	C01 Debater direitos e deveres
	OB2 Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável	C02 Tomar decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis
		C03 Harmonizar desejos e necessidades ao planejamento financeiro do projeto de vida
	OB3 Oferecer conceitos e ferramentas para tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude	C04 Ler e interpretar textos específicos de Educação Financeira
C05 Ler criticamente textos publicitários		
C06 Tomar decisões financeiras autônomas de acordo com suas reais necessidades		
OB4 Formar multiplicadores	C07 Atuar como multiplicador	
OBJETIVOS TEMPORAIS	OB5 Ensinar a planejar em curto, médio e longo prazos	C08 Elaborar planejamento financeiro
	OB6 Desenvolver a cultura da prevenção	C09 Analisar alternativas de prevenção em longo prazo
	OB7 Proporcionar a possibilidade de mudança da condição atual	C10 Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas

Quadro 1 - Relação entre objetivos espaciais, objetivos temporais e competências.

A partir do quadro acima foi criado o A partir do quadro acima foi criado o Decágono de Competências (Figura 2) – principal instrumento para se manter o compromisso com a aprendizagem do aluno –, que ilustra as múltiplas relações das competências entre si. As competências não têm a mesma ordem de importância e isso é intencional, porque umas são basilares, outras um pouco mais periféricas. A própria quantidade de SDs atreladas a uma determinada competência fornece indicação instantânea do seu grau de importância. Portanto, na hora de elaborar seu planejamento, oriente-se também por esse dado.

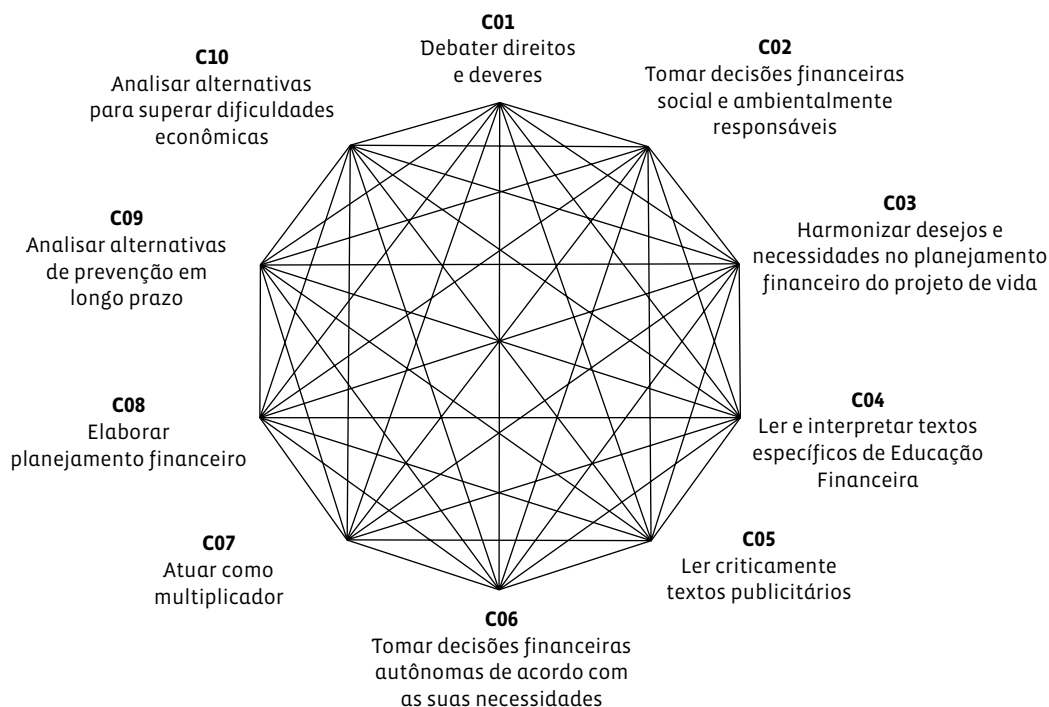


Figura 2 - Decágono de Competências.

AS SITUAÇÕES DIDÁTICAS (SDs)

O material completo de Educação Financeira consiste em um conjunto de Situações Didáticas que têm como suportes o Livro do Aluno, o Caderno do Aluno e o Livro do Professor.

Situação Didática (SD) é o conjunto de ações e atividades que desenvolvem no aluno as competências que acionam os conhecimentos necessários para lidar com as múltiplas e variadas situações financeiras do cotidiano.

Em outras palavras, as SDs constituem um instrumento que congrega objetos de conteúdo (conhecimento, conceitos) e objetos didáticos (orientações pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de competências). As principais características das situações didáticas, segundo Galvez (1996, *apud* Coutinho, 2005), são:

- os alunos responsabilizam-se pela organização de sua atividade para tentar resolver o problema proposto;
- a atividade dos alunos está orientada para a obtenção de um resultado previamente explicitado e que pode ser identificado pelos próprios alunos;
- a resolução do problema envolve a tomada de decisões por parte dos alunos, para adequá-las ao objetivo perseguido;
- os alunos podem recorrer a diferentes estratégias para resolver o problema formulado;
- os alunos estabelecem relações sociais diversas: comunicações, debates ou negociações com outros alunos e com o professor.

As atividades receberam o nome de “Experimente!” por sugestão dos alunos que participaram do processo de validação deste material. Segundo eles, o nome por eles sugerido tem forte apelo motivador, “dá vontade de tentar fazer”. As atividades constituem oportunidades de aprendizagem bastante concretas, e, ao realizá-las, os alunos desenvolvem as competências a elas relacionadas.

Os alunos recebem o Livro do Aluno e o Caderno do Aluno. O Livro do Aluno é o livro didático com todas as SDs completas, contendo textos e atividades. Algumas SDs indicam o Caderno do Aluno como suporte para o “Experimente!”.

O Caderno do Aluno, por seu turno, é um pequeno encarte que pertence a cada aluno e fornece um espaço para ele fazer anotações e realizar atividades específicas, mantendo o Livro do Aluno intacto para permitir reutilização. Como não são todas as SDs que remetem ao Caderno do Aluno, haverá também a necessidade de os alunos recorrerem aos seus cadernos comuns de aula como suporte para diversas ações, como realizar cálculos; anotar informações oriundas de pesquisas de produtos, serviços e preços; rascunhar trabalhos de grupo etc.

O Livro do Professor é o espelho do Livro do Aluno, acrescido de orientações pedagógicas e de informações adicionais para trabalhar os conteúdos de Educação Financeira em sala de aula.

As SDs foram elaboradas de modo a abarcar os conteúdos sociais e formais. Os conteúdos formais referem-se aos conceitos sistematizados pelos teóricos das áreas econômica e financeira, ao passo que os conteúdos sociais trazem para estudo os contextos reais da vida cotidiana.

Os conteúdos foram organizados em conexão com as dimensões espacial e temporal e isso fica visível no critério de estruturação dos três blocos: o primeiro contempla situações individuais de curto prazo; o segundo, de médio e longo prazo, ainda no âmbito individual; finalmente, o terceiro bloco se ocupa de questões do âmbito social.

Cada bloco aborda três temas e cada um deles é explorado por meio de sete SDs..

BLOCO 1
ÂMBITO INDIVIDUAL
(Situações de curto prazo)

O QUE VOCÊ JÁ SABE?
Tema 1 Vida familiar cotidiana
Tema 2 Vida social
Tema 3 Bens pessoais
SONHO PLANEJADO

BLOCO 2
ÂMBITO INDIVIDUAL
(Situações de médio e longo prazo)

O QUE VOCÊ JÁ SABE?
Tema 4 Trabalho
Tema 5 Empreendedorismo
Tema 6 Grandes projetos
SONHO PLANEJADO

BLOCO 3
ÂMBITO SOCIAL

O QUE VOCÊ JÁ SABE?
Tema 7 Bens públicos
Tema 8 Economia do país
Tema 9 Economia do mundo
SONHO PLANEJADO

Esse material aborda o Bloco 3, que trabalha questões cotidianas do âmbito social de médio e longo prazo, por meio de 21 Situações Didáticas.

As SDs **O que você já sabe?** e **Sonho planejado** foram criadas para serem, respectivamente, a primeira e a última utilizadas em cada bloco. Elas potencializam a aprendizagem, uma vez que estabelecem uma conexão mais direta dos temas e conceitos abordados com o aluno, convidando-o a desempenhar um papel ativo no seu próprio processo de aprendizagem.

As SDs **O que você já sabe?** têm como objetivo promover uma tomada de consciência do aluno acerca de suas práticas financeiras atuais e estimulá-lo a acionar seus conhecimentos prévios com relação aos conteúdos sociais e formais que serão tratados ao longo dos três temas do bloco ao qual a SD se refere. Dessa forma, a mente do aluno se prontifica para a aprendizagem e prepara-se de modo a acolher com maior suporte os conceitos a serem tratados pelo bloco, ampliando e estreitando as relações destes com as experiências e os conhecimentos prévios próprios.

As SDs **Sonho planejado** exigem que o aluno reúna e organize os conhecimentos e as habilidades que adquiriu ao longo do bloco para que possa criar o planejamento financeiro da realização de um sonho. É o momento em que as aprendizagens se inter-relacionam e se concretizam em uma ferramenta útil para a vida do aluno.

Cada um dos nove temas contém sete SDs. Esses temas selecionam situações de vida que concernem ao adolescente, obedecendo a uma relação que evolui de modo próximo-distal de seu cotidiano familiar.

A duração indicada para cada SD é de 1-2 aulas em média, totalizando 34 horas-aula em um ano de trabalho, mas entende-se que variações na forma como as escolas irão implementar o programa de Educação Financeira são desejáveis para garantir a adequação do material às realidades locais. Em outras palavras, cada escola terá a autonomia de planejar, junto com a equipe docente, a própria dinâmica do programa de Educação Financeira.

Dentro de cada tema, as SDs podem ser utilizadas em qualquer ordem, contanto que as SDs **O que você já sabe?** e **Sonho planejado** devam, respectivamente, abrir e fechar o bloco. Cabe a cada escola ou professor selecionar o caminho a ser trilhado, de acordo com as necessidades e interesses de seus alunos.

Para planejar como as SDs serão trabalhadas, guie-se pelos objetivos específicos e pelas competências indicadas nos metadados, avaliando quais você considera importante desenvolver junto aos seus alunos, no contexto social, cultural, financeiro e familiar em que se inserem. Se você nota, por exemplo, que sua turma já tem familiaridade com preenchimento de cheque ou, ao contrário, está inserida em famílias e comunidades que fazem pouco uso dele, talvez não seja relevante trabalhar o objetivo de preencher cheque com esses alunos.

Por outro lado, se você sente que determinado objetivo ou competência é particularmente importante no contexto da escola e não está sendo plenamente atingido, você pode buscar mais de uma SD para tratar de uma mesma questão, oferecendo variadas oportunidades de aprendizagem.

Cabe ressaltar que os conteúdos formais são revisitados em várias SDs, variando-se, a cada vez, o contexto em que se inserem e a forma como são trabalhados. Assim, se alguns alunos não compreenderam suficientemente determinado conceito importante, você não precisa necessariamente ficar estacionado na SD que o apresentou pela primeira vez porque, muito provavelmente, ele será retomado em outra.

OS ELEMENTOS DE PÁGINA

Para dar corporeidade aos objetivos e princípios pedagógicos do programa, foram criados diversos elementos de página dentro das SDs, tais como:

» **“Cara a cara”** – um espaço de autoavaliação para o aluno verificar se atingiu os objetivos específicos de aprendizagem da SD. No Caderno do Aluno há uma lista que reúne o “Cara a cara” de todas as SDs para os alunos marcarem quais objetivos específicos foram atingidos.

» **“Pisca alerta”** – caixa de texto contendo alerta contra certas armadilhas por vezes contidas em determinadas circunstâncias e em determinados textos. A maioria dos “pisca alertas” traz o olhar da Psicologia Econômica, ciência que estuda as relações entre o comportamento econômico dos indivíduos e a economia, levando em conta variáveis como os pensamentos, os sentimentos, as atitudes e as expectativas desses indivíduos (Ferreira, 2007).

» **“Ícones especiais”** – destacam as principais competências e procuram deixar mais clara a mensagem de que é preciso mudar certos comportamentos:



- ter responsabilidade socioambiental



- servir como multiplicador das aprendizagens do programa



- tomar decisões autonomamente

» **“Pra variar”** – veicula sugestões de adaptação contextual das atividades de modo a torná-las mais condizentes com a realidade específica dos alunos.

ORGANIZAÇÃO DO LIVRO

No Livro do Professor, cada SD é precedida de um quadro com descritores (metadados) que orientam a busca pela SD com a qual se deseja trabalhar. Esses descritores indicam:

- » Tema a que se refere
- » Conteúdos formais relacionados
- » Competências que desenvolve
- » Objetivo(s) específico(s)
- » Descrição

Além dos metadados, há diversas orientações ao professor, organizadas nas seguintes categorias:

Orientação introdutória » explica a relevância da SD e a utilidade dos conceitos abordados; sugere formas de disparar a SD, de captar o interesse da turma e de acionar conhecimentos prévios dos alunos.

Orientações ao longo da SD » oferecem propostas alternativas, chamam atenção para temas sensíveis, atentam para cuidados a serem tomados com relação à discussão levantada, fornecem informações extras, trazem ponderações e aprofundamento quanto ao conteúdo formal, sugerem pequenas atividades adicionais (como pesquisas na internet ou em instituições financeiras) para aproximar as situações retratadas do contexto local dos alunos.

Orientações para o “Experimente!” » são orientações quanto à forma de propor a atividade, à organização dos alunos, à gestão da atividade, à condução de debates, ao refinamento e às formas de apoio ao trabalho dos alunos, às possibilidades de desenvolvimento da atividade, aos cuidados e às adaptações aos contextos culturais, sociais, financeiros e familiares dos alunos. Também fornecem respostas às atividades, em casos que envolvem cálculos e análises específicas.

Textos adicionais » são textos que não estão ligados a nenhuma parte específica da SD, mas se relacionam com o tema trabalhado, trazendo aprofundamento de conteúdos formais, informações adicionais e curiosidades. Esses textos podem ser passados ou não para os alunos, a critério do professor.

OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS DAS SITUAÇÕES DIDÁTICAS DO BLOCO 3

TEMA 7 – BENS PÚBLICOS

Nome da SD	Objetivos específicos	Competências									
		C01	C02	C03	C04	C05	C06	C07	C08	C09	C10
Tudo tem o seu preço	Buscar informações sobre bens e serviços públicos Calcular, de forma simulada, quanto o poder público gasta para manter a escola em que o aluno estuda						X	X			
Orçamento escolar	Identificar as áreas de atuação da escola em relação a determinadas categorias Indicar a categoria de atuação da escola que demanda prioridade de aplicação de recursos no orçamento escolar	X	X								
Livro escolar	Identificar os fatores responsáveis pelo alto custo ambiental do livro escolar Calcular o consumo aproximado de papel na própria escola Realizar várias ações para economizar papel Elaborar e engajar-se em campanha para se economizar papel	X	X								
Espaço público	Distinguir diversos tipos de tributos e suas funções Relacionar nota fiscal com tributos e com oferta de bens e serviços públicos Propagar o comportamento cidadão de exigência de nota fiscal de bens e serviços consumidos	X	X					X			
Serviços público	Identificar semelhanças e diferenças entre orçamento público e orçamento familiar Relacionar o dever de os cidadãos pagarem os tributos devidos com o dever de o governo oferecer serviços públicos Levantar necessidades da comunidade em relação aos serviços públicos para servir de base para um ensaio de elaboração de orçamento público	X	X					X	X		
Corrupto, EU?	Relacionar os efeitos da corrupção com a restrição de verbas públicas para provimento de serviços públicos Saber buscar informação sobre as contas públicas Tomar iniciativas de combate à corrupção		X						X		
Rap do contador	Distinguir diversos tipos de tributos e suas funções Relacionar nota fiscal com tributos e com oferta de bens e serviços públicos Propagar o comportamento cidadão de exigência de nota fiscal de bens e serviços consumidos	X	X					X			

TEMA 8 – ECONOMIA DO PAÍS

Nome da SD	Objetivos específicos	Competências									
		C01	C02	C03	C04	C05	C06	C07	C08	C09	C10
Uma grande ideia!	Elaborar esboço de projeto de atividade cultural ou esportiva Alinhar objetivos de um projeto a objetivos da Lei Rouanet Compreender trechos de leis com vocabulário de Educação Financeira	X			X						
Meu bicho-papão nunca foi a inflação	Identificar problemas que a inflação pode gerar quando a receita não acompanha o aumento dos preços Realizar ajustes em um orçamento familiar em função da inflação Explicar a outro jovem o que é inflação							X	X		
Supervisores do Sistema Financeiro Nacional	Explicar o que são e como funcionam os órgãos supervisores do sistema financeiro				X			X			
Falando “economês”	Estabelecer relações entre crescimento econômico e crescimento da renda individual Planejar ações simuladas de organização financeira para famílias de baixa renda		X		X				X		
Mercado	Criar situações fictícias que ilustrem a lei da oferta e da demanda				X			X			
Previdência	Estimar receitas e despesas de uma pessoa aposentada Elaborar um planejamento financeiro simulado para uma pessoa aposentada				X				X	X	
Salário mínimo	Levantar preços para estimar o valor total das necessidades básicas de uma pessoa Relacionar o valor das necessidades básicas de uma pessoa com o valor do salário mínimo	X	X	X	X						

TEMA 9 – ECONOMIA DO MUNDO

Nome da SD	Objetivos específicos	Competências									
		C01	C02	C03	C04	C05	C06	C07	C08	C09	C10
Fascículo especial sobre MOEDA	Contextualizar a função do dinheiro na nossa sociedade Conservar o dinheiro	X	X		X			X			
Rádio Sul-americana	Identificar diversas ciladas envolvidas em negociações Compreender que os blocos econômicos se organizam por meio de acordos negociados	X			X						
O jogo dos blocos econômicos	Compreender, por meio de vivência lúdica, algumas problemáticas referentes aos blocos econômicos Aprender a pensar estratégias simuladas de resolução de questões mundiais, a partir de fatos que se apresentam na economia	X			X						
Negócio da China	Identificar os produtos importados utilizados no cotidiano Localizar os países dos quais o Brasil importa os produtos utilizados no cotidiano Buscar dados sobre as exportações nacionais e internacionais				X						
Organismos internacionais	Refletir sobre o perfil e a atuação dos representantes de um país em uma comunidade internacional Propor apoio de uma instituição financeira internacional para um projeto local	X			X						
O bem-estar do seu país	Comparar o índice de IDH e o PIB per capita de diversos países Relacionar o desenvolvimento econômico de um país aos impactos ambientais que causa Buscar referenciais para a futura decisão profissional				X	X					
Momento de crise: E eu com isso?	Estabelecer relações entre a crise econômica de um país e situações da vida pessoal Criar textos que divulguem impactos de uma crise econômica no cotidiano				X			X			

PARTE II

As páginas seguintes abrigam o espelho das situações didáticas constantes do Livro do Aluno, acrescidas de metadados que descrevem a SD e identificam os conteúdos trabalhados, as competências e os objetivos específicos a ela relacionados. Além disso, apresentam orientações didáticas para aplicação das SDs em sala de aula, bem como textos informativos adicionais.



4

5

O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Temas envolvidos

Bens públicos
Economia do país
Economia do mundo

Descrição

Esta SD é indicada para abrir o Bloco 3, que é dividido em três temas: bens públicos, economia do país e economia do mundo.

Professor, esta SD inaugura o Bloco 3, que traz três temas referentes ao âmbito social. São eles: bens públicos, economia do país e economia do mundo. É recomendável que se inicie o bloco com esta SD para ativar os esquemas e conhecimentos prévios que os alunos têm com relação ao temas abordados. Também é interessante que eles socializem esses conhecimentos prévios entre si para que todos embarquem no Bloco 3 com uma malha de ideias sobre a qual irão se assentar os conteúdos a serem trabalhados.

Estimule os alunos a utilizarem o Caderno do Aluno para anotar suas respostas às questões propostas e a trocarem seus Cadernos entre si.

A importância de começar o trabalho convocando os alunos a partilhar o que já sabem sobre os assuntos que serão tratados nesse bloco tem vários ganhos. Um deles é tomar conhecimento do ponto de partida em que eles se encontram antes do início dos estudos, o que fornece dados objetivos para você poder avaliar e apreciar o crescimento deles ao longo do trabalho.

As discussões iniciais também permitem que você identifique logo de início as ideias acentuadamente ingênuas ou errôneas, assim como os estereótipos e os preconceitos que poderão funcionar como obstáculos às aprendizagens que se seguirão. Assim você pode desmontá-los antes mesmo que se crie o problema de alguns alunos não conseguirem compreender determinados conteúdos.

Outra vantagem de se acionar conhecimentos prévios é que isso também desperta a motivação para a aprendizagem que se seguirá. Afinal, depois de indicarem como pensam e como se comportam a respeito dos temas, a tendência é que fiquem curiosos para saber se estão pensando ou fazendo da maneira “certa”.

Finalmente, a SD “O que você já sabe?” acena, por meio de todas aquelas perguntas, para os conteúdos que serão trabalhados ao longo do Bloco 3. Por delimitar o campo onde se vai transitar, serve como uma espécie de introdução que ajuda os alunos a se organizarem.

As perguntas colocadas no Livro do Aluno ajudarão a disparar as primeiras contribuições. Para melhor conduzir o debate, procure auxiliar os alunos a compararem e costurarem duas ideias entre si antes de ouvir uma terceira, e assim por diante. Dessa forma, evita-se que as ideias se percam.



6

7



8

9

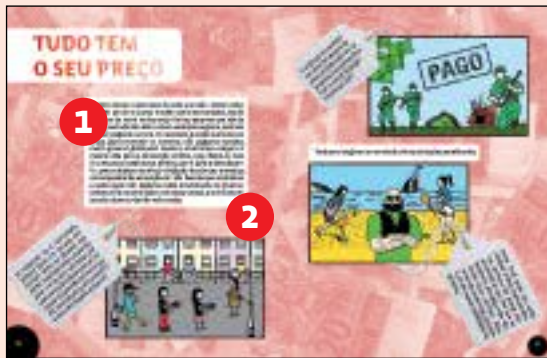
O motivo para se indicar uma reflexão individual antes de formar a dupla é para os alunos terem um momento para acessar as próprias pré-concepções de governo e sobre a relação deste com a sociedade, a economia, o desenvolvimento. É possível que surjam ideias romantizadas acerca do papel ocupado pelos políticos. Não há problema. Este é um momento de acionar conhecimentos prévios. Espera-se que, ao longo desse bloco, os alunos consigam construir um pensamento maduro e consistente acerca da relação entre os aspectos sociais e econômicos de um país e inter-relações entre os países.

Professor, com alguns dias de antecedência, peça aos alunos que levem para a escola a seção de Economia de um jornal local respeitável. É proveitoso que você próprio acompanhe por alguns dias essa seção de modo geral para estar a par das notícias que os alunos irão trazer. Também é recomendável que você leve alguns exemplares dessa seção no dia estipulado para utilizar esta SD, a fim de facilitar a atividade proposta mesmo que os alunos esqueçam de levar o material.

Professor, anote no quadro as dificuldades que os alunos apontarem. Em um momento coletivo com a turma, peça aos alunos que expliquem o que acham que aquelas palavras, conceitos ou ideias significam, buscando chegar a uma conclusão consensuada da turma. Você não precisa ter o compromisso de chegar a uma explicação correta. Deixe claro para os alunos que eles provavelmente aprenderão essas palavras e conceitos ao longo do Bloco 3 e que, no momento, o objetivo é apenas trazer à tona e organizar os conhecimentos prévios que a turma carrega quanto ao mundo social financeiro.

TUDO TEM O SEU PREÇO

Conteúdos formais relacionados	Bens públicos Tributos Despesas
Competências	Tomar decisões autônomas de acordo com suas reais necessidades (C06) Atuar como multiplicador (C07)
Objetivo(s) específico(s)	Buscar informações sobre bens e serviços públicos Calcular, de forma simulada, quanto o poder público gasta para manter a escola em que o aluno estuda
Descrição	Nesta SD apresenta-se a noção dos bens usufruídos pela população a partir do poder público. Os alunos aprenderão que, na verdade, “nada é grátis”, tudo o que o governo fornece implica despesas que ele teve de cobrir através da arrecadação de tributos – impostos, taxas e contribuições de melhorias –, ou pela constituição de dívidas, quando as receitas próprias são insuficientes. Esse conhecimento ressalta a cidadania com a compreensão de que os serviços e bens públicos não são caritativos e, sim, contrapartidas do governo pelos tributos que nos são cobrados.
Caderno do Aluno	Não



12

13



14

15

- 1 Professor, comece os trabalhos perguntando aos alunos que atividades eles fazem com frequência pelas quais não pagam diretamente, como se sentar numa praça, jogar futebol num espaço público, andar sobre uma calçada pavimentada, tomar banho de mar, rio ou cachoeira.
- 2 Para finalizar, pergunte aos alunos quais dessas atividades envolvem custo, quem eles pensam que paga essa conta e de onde acham que vem o dinheiro.
- 3 Esta atividade tem como objetivo levar o aluno a perceber o montante das despesas da escola, alertando-o para esse fato e possivelmente despertando uma noção de responsabilidade pelo espaço escolar. Além disso, ao verificar a despesa da turma, poderá ter uma noção maior da comunidade escolar da qual faz parte.
A atividade é realizada multiplicando-se o custo individual pelo número de alunos da turma. Depois, basta levantar o total de alunos do Ensino Médio da escola e repetir a operação.
Se a escola em questão for particular, pode-se fazer as contas utilizando como base de cálculo os mesmos dados da escola pública para dar aos alunos uma ideia das despesas com educação em seu estado. Em seguida, se julgar conveniente, pode-se fazer uma comparação de gastos com a rede particular.
- 4 Esta atividade é muito importante para a construção de um dever cidadão: monitorar o trabalho e as contas do governo. Oriente os alunos a realizar a pesquisa, indicando os sites governamentais do seu município e estado e ensinando-os a navegar por eles.

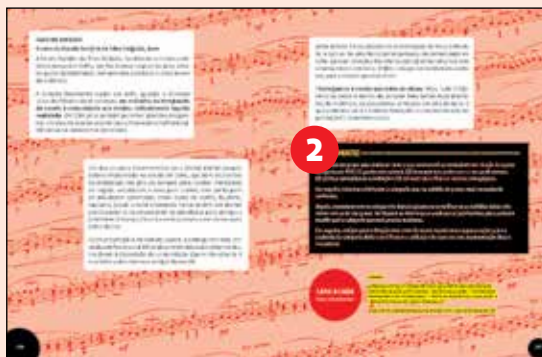
ORÇAMENTO ESCOLAR

Conteúdos formais relacionados	Orçamento Receitas e Despesas Cidadania
Competências	Debater direitos e deveres (C01) Tomar decisões social e ambientalmente responsáveis (C02)
Objetivo(s) específico(s)	Identificar as áreas de atuação da escola em relação a determinadas categorias Indicar a categoria de atuação da escola que demanda prioridade de aplicação de recursos no orçamento escolar
Descrição	Esta SD trabalha as noções de orçamento e a definição de prioridades implícita nas verbas alocadas às diferentes despesas, bem como a atitude cidadã de observar e debater os orçamentos públicos, no contexto da realidade escolar dos alunos.
Caderno do Aluno	Não



16

17



22

23

1 Professor, como dinâmica de aquecimento sobre o tema, comece esclarecendo o que é “orçamento”: é o registro sistemático de receitas e despesas previstas e realizadas por uma pessoa física ou jurídica. Geralmente organiza-se por meio de uma tabela, na qual em um dos lados entra o quanto se ganha (receitas) e no outro lado, o quanto se gasta (despesas).

Em seguida, pergunte à turma que itens eles pensam constar num orçamento escolar. Anote-os no quadro. Depois de estudar os conteúdos desta SD, a turma poderá verificar se seus palpites em relação à lista de itens orçamentários estavam corretos ou não.

2 Esta atividade propõe um momento inicial de conversa em grupo para que os alunos exponham suas impressões acerca da administração dos recursos que entram na escola.

Peça aos grupos que debatam e indiquem o que está bom e o que pode melhorar. Depois proponha um debate coletivo para que todos possam conhecer as opiniões que foram apresentadas nos grupos. Finalizada esta etapa será o momento de passar para a preparação de uma carta direcionada à Direção, apontando algumas ações de melhorias do funcionamento da escola, justificando a aplicação dos recursos.

Esse pode ser um bom momento para trabalhar as competências de redação e expressão escrita.

Se os alunos de sua escola participam ativa e regularmente de reuniões com a direção através de representantes ou do grêmio, podem transformar a iniciativa sugerida em uma ação contínua.

LIVRO ESCOLAR

Conteúdos formais relacionados	Externalidade Consumo consciente
Competências	Debater direitos e deveres (C01) Tomar decisões social e ambientalmente responsáveis (C02) Atuar como multiplicador (C07)
Objetivo(s) específico(s)	Identificar os fatores responsáveis pelo alto custo ambiental do livro escolar Calcular o consumo aproximado de papel na escola Realizar várias ações para economizar papel Elaborar e engajar-se em campanha para se economizar papel
Descrição	Esta SD apresenta os conceitos de externalidade que justificam ações do governo na economia através de tributações, regulamentações ou incentivos. O consumo consciente é despertado por meio da apresentação da externalidade negativa da fabricação do papel, contextualizada no livro didático e motivando uma campanha pela preservação do livro e do consumo consciente do papel. Ações que despertam para a cidadania.
Caderno do Aluno	Sim



24

25



30

31

- 1 Professor, converse com a turma sobre ações individuais que têm consequências negativas para outras pessoas ou para o meio ambiente, como a destruição de livros didáticos. Depois, peça que os alunos relatem outras situações semelhantes e que indiquem as consequências para os que nelas não estavam envolvidos.
- 2 Uma opção é dividir a turma em grupos e alocar um dos itens do processo para cada grupo. É aconselhável orientar e acompanhar os alunos no passo a passo das etapas descritas e, também, traçar com eles um cronograma de trabalho.
- 3 A ecologia é um tema que vem sendo estudado e debatido tanto na escola quanto na sociedade há bastante tempo e, por sua enorme importância, conseguiu atrair o envolvimento de todas as disciplinas escolares. Esta atividade consiste em apresentar questões de pesquisa que poderão ser desenvolvidas dentro do programa de Educação Financeira ou paralelamente a ele, por quaisquer professores da escola, num recorte disciplinar ou, melhor ainda, transdisciplinar.

ESPAÇO PÚBLICO

Conteúdos formais relacionados	Tributos Espaço público Bens públicos Recursos comuns
Competências	Debater direitos e deveres (C01) Tomar decisões social e ambientalmente responsáveis (C02) Atuar como multiplicador (C07)
Objetivo(s) específico(s)	Perceber que o espaço público livre é direito de todos, mas seu uso é limitado Relacionar o dever do governo de criar e manter o espaço público com o dever dos cidadãos de pagarem os tributos devidos Levantar necessidades da comunidade em relação ao espaço público
Descrição	A SD trabalha a noção de espaço público e a importância de sua preservação para despertar noções de cidadania, mostrar o impacto nas finanças governamentais da manutenção desse espaço que terá de ser coberto por tributos (impostos, taxas e contribuições de melhorias), apresentando a noção econômica de recursos comuns que devem ser controlados pelo governo.
Caderno do Aluno	Não



32

33



34

35

- 1 Professor, use o infográfico em uma dinâmica com os alunos como uma leitura rápida em grupo, depois da qual cada grupo fará as observações sobre os pontos que mais lhe chamaram a atenção e os relacionará com a realidade cotidiana em que vive. Se julgar pertinente, peça a um grupo de alunos – preferencialmente com aptidão para desenhar paisagem ou planta baixa – que elabore um grande mapa dos espaços públicos no entorno da escola e, nele, indique os principais problemas de uso e de conservação de tais espaços.

SERVIÇOS PÚBLICOS

Conteúdos formais relacionados	Orçamento público Serviços públicos
Competências	Debater direitos e deveres (C01) Tomar decisões social e ambientalmente responsáveis (C02) Atuar como multiplicador (C07) Elaborar planejamento financeiro (C08)
Objetivo(s) específico(s)	Identificar semelhanças e diferenças entre orçamento público e orçamento familiar Relacionar o dever de os cidadãos pagarem os tributos devidos com o dever de o governo oferecer serviços públicos Levantar necessidades da comunidade em relação aos serviços públicos para servir de base para um ensaio de elaboração de orçamento público
Descrição	A SD traz uma notícia fictícia e uma HQ para contextualizar a ação do poder público por meio dos orçamentos públicos. Os volumes de despesas previstos nos orçamentos indicam as prioridades de governo e o empenho de realizar as metas prometidas. Sua análise e questionamento é, portanto, um direito dos cidadãos. Os alunos são motivados a exercer esse papel.
Caderno do Aluno	Não



38

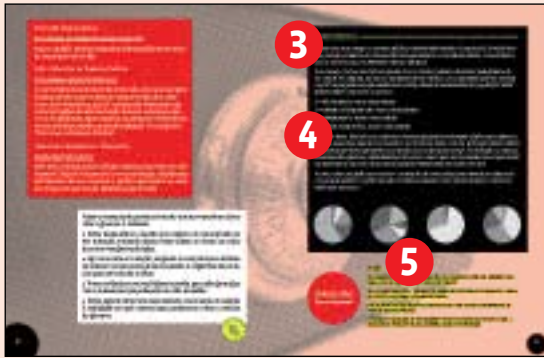
39



40

41

- 1 Professor, a notícia fictícia deve ser lida preferencialmente em grupo. Em seguida, cabe um debate com a turma sobre as percepções de cada grupo em relação à tal notícia. Alguns valores podem ser explorados, como ética e transparência governamental. É muito importante prepararmos os jovens para exigirem que os representantes eleitos pelo povo se conduzam da maneira mais idônea possível. Além disso, a narrativa permite que se valorize o protagonismo juvenil, isto é, a possibilidade de os próprios jovens tomarem iniciativas e aprenderem a organizar argumentos em defesa de suas ideias.
- 2 O executivo tem autonomia para, até certo ponto, decidir gastar de maneira diferente da que o legislativo aprovou. Esse remanejamento de recursos pode ocorrer por meio de créditos adicionais, que podem reforçar o orçamento para atender a despesas não previstas ou previstas de forma insuficiente, ou para atender a emergências, como calamidades públicas. Os recursos adicionais podem vir da arrecadação maior do que a prevista, de operações de crédito (como empréstimos de organismos internacionais) e do cancelamento de despesas.



42

43

- 3 Sugere-se que a atividade seja feita em grupos, culminando com um debate em plenário envolvendo toda a turma e acessando o site da sua prefeitura na internet para verificar que tipo de informação está sendo divulgada.
- 4 Caso sejam encontrados serviços ineficientes e se julgar pertinente, faça uma enquete com os alunos: quais seriam as principais causas da ineficiência?
- 5 Este debate pode ser estendido para um debate entre as turmas em um evento cívico da escola, podendo gerar um documento a ser enviado para a prefeitura. Contudo, é preciso que se compreendam as dificuldades de um gestor público em atender a todas as demandas da população; portanto, escolhas precisam ser feitas, e a sugestão oferecida pelos alunos da sua escola pode não ser atendida. Mesmo assim, os alunos terão aprendido a se organizar para mobilizar setores da comunidade num processo de reflexão e avaliação dos serviços públicos de que desfruta, e isso, por si só, já atinge importantes objetivos do Programa de Educação Financeira.

Utilize esse espaço para suas anotações.

CORRUPTO, EU?

Conteúdos formais relacionados	Cidadania Corrupção
Competências	Tomar decisões social e ambientalmente responsáveis (C02) Atuar como multiplicador (C07)
Objetivo(s) específico(s)	Relacionar os efeitos da corrupção com a restrição de verbas públicas para provimento de serviços públicos Saber buscar informação sobre as contas públicas Tomar iniciativas de combate à corrupção
Descrição	A SD discute a corrupção, que tem no uso indevido de verba pública um de seus exemplos, e procura iniciar o adolescente na prática cidadã de utilizar os canais disponíveis para ajudar a controlar as contas públicas.
Caderno do Aluno	Não



44

45



50

51

1 Professor, incentive os alunos a conhecer outras iniciativas para ficar de olho nas contas públicas. Na própria CGU há outras páginas que merecem ser conhecidas:

<http://www.cgu.gov.br/PrevencaoDaCorrupcao/>

No site <http://www.portaltransparencia.gov.br/>, o cidadão pode verificar as contas do Poder Executivo – receitas, despesas, convênios firmados, gastos diretos do governo por programas, dentre outros assuntos. As contas dos Poderes Legislativo e Judiciário podem ser consultadas nos seguintes portais: Legislativo (Câmara dos Deputados) <http://www2.camara.gov.br/transparencia>, Legislativo (Senado) <http://www.senado.gov.br/transparencia/>, Judiciário <http://www.portaltransparencia.jus.br>

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do site <http://www.comprasnet.gov.br/>, mantém a prática de pregão eletrônico – sistema de licitação pública feita por meio da internet para aquisição de bens e serviços comuns, de forma mais ágil. O portal conta com uma área de serviços à sociedade que pode ser acessada sem a necessidade de cadastro ou senha de acesso.

RAP DO CONTADOR

Conteúdos formais relacionados	Tributos Receitas e despesa públicas
Competências	Debater direitos e deveres (C01) Tomar decisões social e ambientalmente responsáveis (C02) Atuar como multiplicador (C07)
Objetivo(s) específico(s)	Distinguir diversos tipos de tributos e suas funções Relacionar nota fiscal com tributos e com oferta de bens e serviços públicos Propagar o comportamento cidadão de exigência de nota fiscal de bens e serviços consumidos
Descrição	Esta SD procura demonstrar para os alunos que o governo, para poder prover os serviços e bens públicos, precisa de receitas para fazer frente às suas despesas, receitas essas que provêm dos tributos, como impostos, taxas e contribuições de melhorias, mostrando a importância de se exigir a nota fiscal nos estabelecimentos comerciais, e estimulando os alunos a criar programas que motivem as pessoas a fazerem o mesmo. Uma vez mais, estamos trabalhando questões ligadas a orçamento público e cidadania, contextualizando-as para a realidade das turmas.
Caderno do Aluno	Não



52

53



58

59

- 1 Professor, divida seus alunos em grupos e incentive-os a buscarem o ritmo adequado para cantar esse "rap do contador". Eles podem utilizar o ritmo da sua preferência. Seria interessante que ensaiassem o rap com seu grupo, com vistas a apresentar-se para a turma em seguida.
- 2 O objetivo é despertar os alunos para a realidade tributária brasileira, com sua complexidade e custo para o país, estimulando uma conscientização sobre os deveres e direitos dos cidadãos com relação a esse assunto.
- 3 As melhores propostas podem ser divulgadas em cartazes no mural da escola, em uma apresentação, em um evento, em um blog, ou mesmo redigidas sob forma de carta e enviadas às autoridades governamentais competentes.

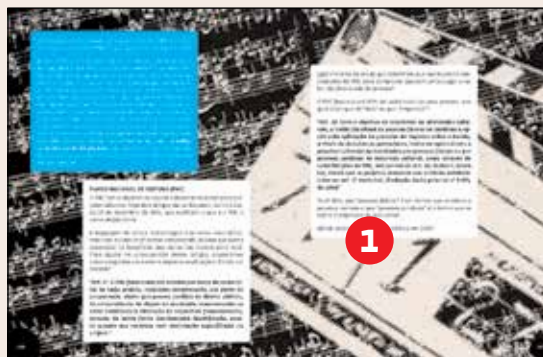
CULTURA E ESPORTE

Conteúdos formais relacionados	Incentivos fiscais Bens públicos
Competências	Debater direitos e deveres (C01) Ler e interpretar textos que contêm vocabulário específico da Educação Financeira (C04)
Objetivo(s) específico(s)	Elaborar esboço de projeto de atividade cultural ou esportiva Alinhar objetivos de um projeto a objetivos da Lei Rouanet Compreender trechos de leis com vocabulário de educação financeira
Descrição	Esta SD trabalha as noções de patrimônio cultural e as ações do governo na área de cultura e esporte, de forma direta ou por meio de incentivos fiscais. Ela também introduz trechos de leis de incentivo ao esporte e à cultura, auxiliando o aluno a compreender o vocabulário e os significados desse tipo de texto.
Caderno do Aluno	Não



62

63



64

65

1 Professor, sugere-se que se inicie a SD acessando o que os alunos entendem por “cultura”. Para isso, você pode começar o trabalho fazendo uma tempestade cerebral com a turma, pedindo que os alunos falem as primeiras palavras que lhes vêm à mente com relação a “cultura”. Escreva-as no quadro. Esse recurso ajuda a disparar o debate sobre o que é cultura. Estimule a turma a chegar a uma conclusão a esse respeito e observe se o conceito que eles têm de cultura contempla os dois lados da moeda, isto é, que eles são não apenas consumidores, mas também produtores de cultura.

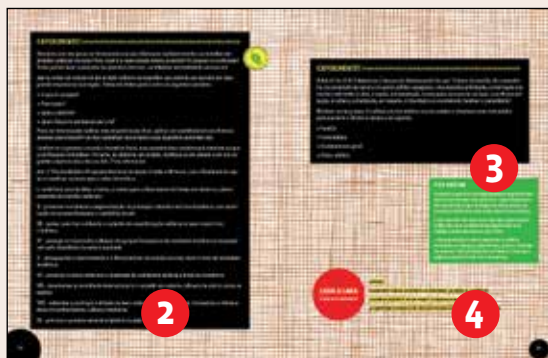
Se desejar, pode explorar mais a fundo a concepção de cultura. Veja a seguir algumas informações que podem alimentar essa questão.

Existem várias definições para cultura. Há uma definição agrícola de cultura, como em “cultura de café”, “cultura de milho” etc. Mas repare como tem a ver com as demais. Para obter uma boa cultura agrícola é necessário preparar bem o solo, plantar a semente, depois cuidar bem, irrigando, ajudando o desenvolvimento sadio da planta, até que ela cresça e dê frutos.

Uma concepção restrita é de que cultura seriam as criações artísticas (música, literatura, teatro, pintura, artesanato, festas folclóricas etc.). Essa é normalmente a acepção usada nos chamados “projetos culturais” das secretarias de cultura, nos projetos contemplados por incentivos fiscais etc.

Uma definição mais ampla é de que cultura seria tudo aquilo no ser humano que não é “natural”, biológico. São as normas de comportamento, estruturas sociais, criações artísticas, políticas etc. A cultura é vista como uma rede de símbolos na qual o ser humano está inserido. Por exemplo, o desejo das mães de cuidar dos filhos é instintivo/natural ou cultural? Se for instintivo, por que há um número considerável de mães que abandona seus filhos ou que os trata com tanta indiferença que parece que só não os abandona por pressão social? E as mães gregas da cidade de Esparta, que permitiam que os filhos defeituosos fossem mortos? O amor materno é cultural ou é um instinto modificado pela cultura? Essas são questões para a antropologia cultural e para os estudos culturais.

Veja com qual dessas definições se parece o que os seus alunos pensam sobre cultura.



66

67

- 2 Ao final, você pode pedir que os grupos socializem suas ideias com a turma ou que a apresentem em cartazes ou afins.
- 3 Esta atividade pode ser interessante para trabalhar as trocas culturais, história, geografia brasileira e mundial, música, história da arte, culminando numa gincana ou evento escolar.

- 4 Ainda sobre incentivos a cultura, temos:

O PRONAC, instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que financia projetos culturais de pessoas físicas e/ou jurídicas de natureza cultural, via captação e distribuição de recursos financeiros através do Fundo Nacional de Cultura – FNC, do Mecenato e do Fundo de Investimento Cultural e Artístico – FICART.

O FUNDO NACIONAL DE CULTURA – FNC é um Fundo constituído de recursos diversos oriundos de fontes governamentais e particulares, destinado ao financiamento de projetos culturais de pessoas físicas e jurídicas de caráter cultural, administrado pelo Ministério da Cultura.

O MECENATO é o apoio conferido por pessoas físicas ou jurídicas contribuintes do imposto sobre a renda a projetos culturais aprovados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC, destinando ou aplicando parte do imposto devido em favor desses projetos.

O FICART é a composição de recursos, por meio de quotas, constituída na forma de fundos de investimentos e destinados à aplicação em projetos culturais e artísticos. Compete à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, disciplinar a constituição, o funcionamento e a administração do FICART através de instruções específicas.

Sobre a questão, tem-se ainda:

- os Certificados de Investimento Audiovisual, regulados pela Lei nº 8.685/93, sendo um investimento fiscal do Governo Federal para fomento do cinema brasileiro; e
- o Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINE, criado pela Medida Provisória nº 2.228/2001 – os recursos aplicados neste Fundo podem ser usados para financiar a produção de filmes aprovados pela ANCINE, para construção e reformas de salas de cinema ou na compra de ações

Utilize esse espaço para suas anotações.

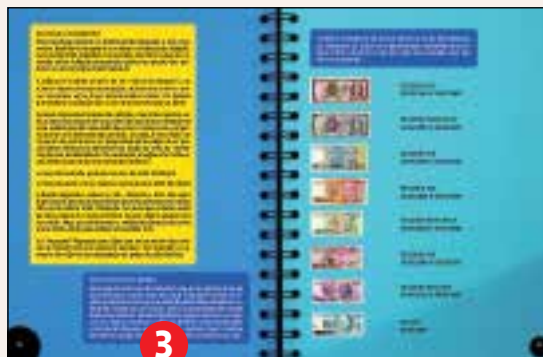
MEU BICHO-PAPÃO NUNCA FOI A INFLAÇÃO

Conteúdos formais relacionados	Inflação Moeda
Competências	Atuar como multiplicador (C07) Elaborar planejamento financeiro (C08)
Objetivo(s) específico(s)	Identificar problemas que a inflação pode gerar quando a receita não acompanha o aumento dos preços Realizar ajustes em um orçamento familiar em função da inflação Explicar a outro jovem o que é inflação
Descrição	Esta SD apresenta o que é a moeda brasileira e traz o conceito de inflação, seus efeitos nocivos sobre os salários, particularmente os de baixa renda que não possuem recursos financeiros adequados para se proteger. Noções básicas da importância do seu controle também são apresentadas.
Caderno do Aluno	Não



68

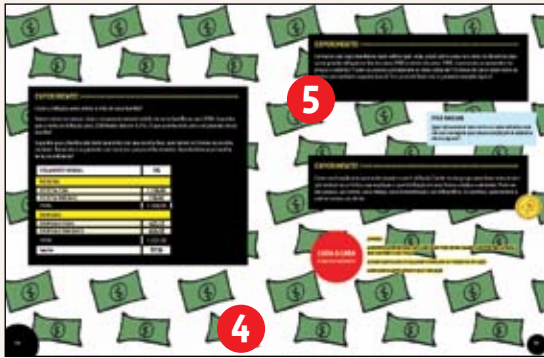
69



72

73

- 1 Professor, a inflação atualmente não é o maior problema da economia brasileira e para os adolescentes pode ser um assunto distante de seu cotidiano. Mas, se não tomarmos cuidado, ela pode voltar. A contextualização a partir de vivências passadas que podem se repetir no futuro traz sensibilidade para o tema. Comece perguntando o que os alunos sabem sobre inflação. Anote no quadro algumas palavras ou ideias que forem surgindo. Em seguida, peça que leiam o texto em duplas, com o objetivo de verificar se o que sabiam sobre inflação estava ou não correto. Ao final, organize as ideias num resumo sucinto e claro sobre o tema.
- 2 Peça aos alunos para darem exemplos de produtos que eles conhecem que hoje custam mais do que custavam alguns anos atrás. Os exemplos são muitos? Instigue a turma a pensar se o conjunto dos exemplos dados pode ser um indicador de que houve inflação.
- 3 Durante muito tempo acreditou-se que a inflação está diretamente relacionada ao volume de moeda em circulação, isto é, à quantidade de moeda disponível para as pessoas (cédulas, papel, dinheiro no banco). Se o Banco Central – órgão do governo responsável pelo controle do dinheiro em circulação – permite que o volume aumente além do necessário, os preços começam a subir. A partir principalmente da década de 80 em alguns países e no Brasil principalmente após o Plano Real percebeu-se que não mais existe relação clara entre o volume de emissões e a inflação. Este fato é explicado em parte pela volatilidade dos recursos financeiros, amplificada pela tecnologia adotada no sistema financeiro que facilitou a globalização da economia, especialmente nesta área. Por este motivo, a partir da década de 90, os países substituíram paulatinamente o controle das emissões ou do câmbio por um sistema de Metas de Inflação. Por este sistema passou-se a controlar a inflação e não as emissões. No Brasil, foi adotado em 1999.



76

77

- 4 É interessante que essa atividade seja realizada em duplas ou em trios. Verifique se os alunos estão conseguindo selecionar qual dado será utilizado para cálculo. Como a família não tem previsão de aumento de receita, o que sofrerá modificação com a inflação serão as despesas. Suponha que o total de despesa aumentará 4,5%, ou seja, chegará a R\$1.329,76. O mais importante aqui é perceber que, em 2010, as despesas estarão maiores do que as receitas, ou seja, que o orçamento da família estará deficitário. A partir dessa conclusão, os grupos deverão propor soluções específicas de aumento de receita e/ou de corte de despesas, de acordo com o orçamento apresentado. É até possível que a turma chegue a soluções ainda mais elaboradas, tal como sugerir que a família faça também uma poupança para que seu orçamento não fique tão apertado a ponto de não conseguir cobrir emergências e eventos inesperados. Um desdobramento dessa atividade pode ser refazer, em casa, o próprio orçamento familiar a partir da meta de inflação atual.
- 5 Os juros eram nominalmente mais altos (40%, 50% ao mês), mas não asseguravam a manutenção do poder de compra do dinheiro investido, pois ainda assim poderiam ficar abaixo da inflação mensal. A geração que hoje está na escola regular não viveu de fato aquele período, que pode lhe parecer muito estranho.

Utilize esse espaço para suas anotações.

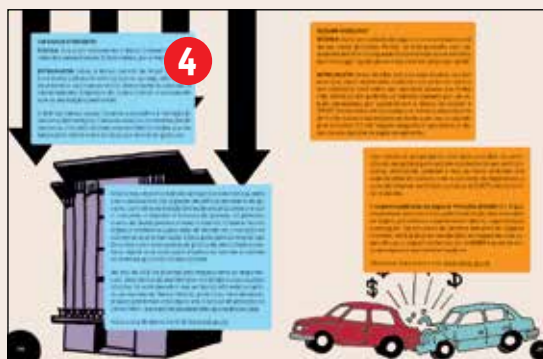
SUPERVISORES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Conteúdos formais relacionados	Sistema Financeiro Nacional Subsistema normativo do Sistema Financeiro Nacional
Competências	Ler e interpretar textos que contêm vocabulário específico da Educação Financeira (C04) Atuar como multiplicador (C07)
Objetivo(s) específico(s)	Explicar o que são e como funcionam os órgãos supervisores do sistema financeiro
Descrição	A SD contextualiza a importância das agências regulatórias do subsistema normativo do Sistema Financeiro Nacional por meio de um elemento provavelmente presente no cotidiano dos alunos: o talão de cheques, e problemas comuns como cheque sem fundos e a questão do cheque pré-datado. Quem cria as regras para sua utilização? A SD apresenta um panorama que introduz o assunto do Sistema Financeiro Nacional, apresentando seus conceitos básicos, articulando-o com outras SDs que tratam de temas específicos e os desenvolvendo: Bolsa de Valores, Taxa de Juros, Supervisores SFN, Seguros. A contextualização é feita por um infográfico que mostra a presença do Sistema Financeiro Nacional no cotidiano das pessoas.
Caderno do Aluno	Não



78

79



80

82

- 1 Professor, recomenda-se que se reserve mais tempo para esta atividade, e a melhor maneira de se fazer isso é envolver outros professores na atividade, para que os alunos possam se beneficiar dos diversos olhares sobre um tema de tanta importância para todo cidadão. Afinal, passando por esse processo de criação tão intensa, os alunos têm maiores chances de compreender melhor esse tema, que pode parecer mais distante de suas vidas.
- 2 Converse com os alunos e mostre que existem pessoas gastando menos do que ganham – são chamadas de superavitárias ou poupadoras. São as que conseguem poupar e, com o tempo, realizar seus sonhos. E também existem aquelas que não dispõem do tempo ou da disciplina necessários para poupar e precisam de dinheiro já, seja por uma emergência, seja para aproveitar a chance de realizar seus projetos. Elas estão deficitárias, isto é, gastam mais do que possuem e por isso se tornam tomadoras de recursos. O mesmo raciocínio vale para empresas ou outras entidades. Uma solução óbvia para a questão é fazer com que as pessoas poupadoras emprestem para as tomadoras. Só que podem surgir alguns problemas: os poupadores e tomadores não se conhecem; poupadores só querem deixar seu dinheiro com pessoas ou instituições em quem confiam; poupadores querem receber num prazo mais curto do que os tomadores querem começar a pagar.
- 3 Os bancos podem ser “de varejo”, quando atendem ao grande público, ou “de negócios”, para grandes operações, e, portanto, com poucos clientes. Pode ser interessante mostrar para a turma as transformações pelas quais o sistema bancário vem passando. Nas últimas décadas houve uma onda de fusões e aquisições que diminuiu o número de bancos existentes.
- 4 O Sistema Financeiro Nacional (SFN) tem uma estrutura complexa demais para um adolescente compreender, mas é importante que você, professor, possua as informações necessárias para poder aprofundar esse tema em sala de aula de acordo com as dúvidas e com as curiosidades que os alunos porventura apresentarem. O importante é ensinarmos nossos jovens a saber onde buscar ajuda e informação e, também, a compreender os textos com vocabulário específico da área financeira. Veja a seguir várias dessas informações, mas lembre que os sites dos órgãos supervisores operativos do SFN, fartamente citados neste livro, oferecem dados valiosos para qualquer cidadão se movimentar com segurança na vida financeira.

Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é o ambiente em que se faz a intermediação do mercado financeiro. As instituições financeiras, as empresas privadas ou públicas que podem fazer essa intermediação recebendo depósitos à vista (se forem bancárias) ou não (se não forem bancárias, trabalhando com ações, por exemplo), compõem o “subsistema operativo do SFN”. Elas operam dentro de um conjunto de regras e são fiscalizadas principalmente pelos órgãos públicos do subsistema supervisor do SFN mostrado a seguir:

Órgãos normativos	Entidades supervisoras	Operadores				
Conselho Monetário Nacional – CMN	Banco Central do Brasil – BCB	Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista	Demais instituições financeiras Bancos de câmbio	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros e prestadores de serviço		
	Comissão de Valores Mobiliários – CVM	Bolsas (de valores, mercadorias e futuros)	Entidades administradoras de mercados de balcão			
Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP	Superintendência de Seguros Privados – SUSEP	Resseguradores	Sociedades seguradoras	Sociedades de capitalização	Entidades abertas de previdência complementar	Corretores habilitados
Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)				

Conselho Monetário Nacional

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do SFN, das políticas da moeda, do crédito e do câmbio, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do país. Ou seja, ele determina as condições de crédito, quanto dinheiro circula por aí, evitando a inflação e promovendo o desenvolvimento econômico. O CMN é composto pelo seu presidente que é o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o presidente do Banco Central. Os seus membros reúnem-se normalmente uma vez por mês para deliberarem sobre assuntos relacionados com as competências do CMN.

Os órgãos do Governo que atuam na regulação e fiscalização do mercado financeiro têm entre suas atribuições a proteção ao consumidor. Dessa forma, eles dispõem de mecanismos para apoiar e prestar esclarecimentos aos consumidores de serviços financeiros. Aponte para os alunos que esses órgãos podem ajudá-los a evitar cair em golpes ou fraudes. É importante também denunciar quando se sentirem prejudicados, pois assim podem ajudar para que o sistema funcione melhor, evitando que outras pessoas caiam no mesmo golpe.

Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil (BCB) não é um banco comercial, não oferece empréstimos ou financiamentos diretamente às pessoas. O BCB fiscaliza e disciplina o mercado financeiro, define regras, limites e condutas das instituições financeiras, incluindo normas relacionadas às tarifas que um banco pode cobrar e aos serviços prioritários e gratuitos. Além disso, empresta dinheiro aos bancos comerciais quando eles o necessitam, faz a gestão da política monetária do governo, gerencia o Sistema de Pagamentos Brasileiro, que possibilita transferência imediata de recursos em conta corrente, centraliza as transferências financeiras entre o Brasil e o exterior e também é o banco do governo no gerenciamento da dívida pública interna e externa.

O Banco Central define e controla a quantidade de moeda em circulação na economia, mas a impressão é feita pela Casa da Moeda. O site do Banco Central do Brasil www.bcb.gov.br oferece diversas informações, disponibilizando um contato via e-mail denominado “Fale conosco” e um número de telefone – 0800-979-2345 – para consultas e denúncias no caso de descumprimento de normas do BCB. Também está disponível o número 0800-642-2345, de atendimento exclusivo ao surdo e deficiente auditivo e da fala. O horário de atendimento é das 8h às 20h nos dias úteis.

Comissão de Valores Mobiliários

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, busca assegurar o funcionamento regular e eficiente do mercado de valores mobiliários (não confundir com o mercado imobiliário), regulando e fiscalizando esse mercado, protegendo os investidores contra irregularidades e assegurando o acesso do público a informações necessárias para tomarem decisões de investimento conscientes e bem informadas. Mercado de valores mobiliários é um segmento do mercado financeiro no qual são negociados títulos e outros valores emitidos pelas empresas para captar, junto ao público, recursos destinados ao financiamento de suas atividades ou outros empreendimentos. Ou seja, se uma empresa precisa de recursos para mudar o padrão tecnológico ou para um novo projeto, ela pode lançar novas ações por meio da Bolsa de Valores. A lista de valores mobiliários é muito ampla e inclui, entre outros, as debêntures, as cotas de clubes e de fundos de investimentos e os derivativos. Também são valores mobiliários quando ofertados publicamente, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros. A CVM oferece informações em seu site institucional www.cvm.gov.br, bem como uma série de informações de natureza educacional, incluindo publicações e cursos, em seu Portal do Investidor (www.portaldoinvestidor.gov.br) e nas redes sociais CVM Educacional (Facebook, Twitter etc.)

Instituições financeiras

As sociedades de crédito, financiamento e investimento são mais conhecidas como “financeiras”. Elas se dedicam ao financiamento de “bens duráveis” para pessoas físicas, ou seja, emprestam recursos para que as pessoas possam comprar a prazo coisas como máquina de lavar, carro, geladeira, por meio do crédito direto ao consumidor. Elas também podem repassar recursos do governo e fazer empréstimos pessoais. Você já reparou que ao fazer compras a prazo nas lojas muitas vezes a pessoa tem de assinar um contrato em que há um nome diferente do da loja? Nesses casos, a loja repassa para a financeira o crédito comercial a que tem direito, ou seja, o direito de receber o dinheiro do comprador. A financeira libera o crédito à loja e os encargos financeiros são repassados ao cliente no preço de venda. Esse tipo de crédito é chamado de “crédito de intermediação”. As financeiras podem ser independentes, ligadas a conglomerados financeiros (como bancos), ligadas a estabelecimentos comerciais (como lojas de eletrodomésticos) ou ligadas a grandes grupos industriais (como montadoras de veículos).

Bancos de Investimento

Os Bancos de Desenvolvimento também são bancos diferentes dos bancos comerciais e se parecem bastante com os bancos de investimento. Uma grande diferença entre esses dois é que os bancos de desenvolvimento são instituições públicas – estaduais ou federais (BNDES) – e agem para promover o desenvolvimento econômico e social da região em que atua. Eles também fornecem empréstimos de médio e longo prazo porque os bancos privados os oferecem em volume e/ou prazos insuficientes para o desenvolvimento da nação.

Bancos de Desenvolvimento

Os Bancos de Desenvolvimento também são bancos diferentes dos bancos comerciais e se parecem bastante com os bancos de investimento. Uma grande diferença entre esses dois é que os bancos de desenvolvimento são instituições públicas – estaduais ou federais (BNDES) – e agem para promover o desenvolvimento econômico e social da região em que atua. Eles também fornecem empréstimos de médio e longo prazo porque os bancos privados os oferecem em volume e/ou prazos insuficientes para o desenvolvimento da nação.

Bolsas de Valores

As Bolsas de Valores são os locais onde são negociados valores mobiliários, dentre os quais, as ações. Ao longo dos anos, houve um processo de integração das diversas bolsas de valores então existentes no Brasil. Atualmente, a BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) é a principal instituição brasileira de intermediação para operações do mercado de valores mobiliários, tendo sido formada em 2008, a partir da integração das operações da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) e da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).

Os investimentos em ações são normalmente de longo prazo. As companhias quando precisam de recursos para ampliar suas atividades ou para um novo projeto emitem ações que são oferecidas ao público investidor. Depois essas ações podem ser negociadas na bolsa, compradas e vendidas, trocando de propriedade entre pessoas, mas sem que as empresas recebam qualquer remuneração com isso. Essa venda secundária corresponde à maior parte do volume de negócios realizados na bolsa, os quais definirão os preços das ações, podendo subir ou descer, conforme a avaliação dos acionistas sobre os rumos das companhias, se elas estão bem em suas atividades, o preço da ação sobe, se estão ruins, o preço desce. Como essas companhias passam a captar recursos do público, elas precisam ter autorização que as suas ações e outros valores mobiliários possam ser negociados junto ao público investidor.

Na BM&FBOVESPA, no segmento BM&F, são negociados os chamados “derivativos”. Estes são instrumentos financeiros que dependem do valor de outro ativo de referência, ou seja, derivam dele. Um contrato derivativo, portanto, não tem valor próprio, mas sim um valor ligado a um “ativo base” ou “ativo subjacente”, que podem ser mercadorias (ou commodities), ações de uma empresa etc. Derivativos usualmente têm uma data de vencimento. Ou seja, os investidores negociam hoje contratos com base no valor futuro de um determinado ativo, como uma ação ou toneladas de soja, o que pode ser realizado com o objetivo de obter lucro (o que não é garantido), mas também com o de se proteger de alguns riscos. Um produtor de soja, por exemplo, pode utilizar derivativos para evitar perdas financeiras se o preço da soja cair abaixo de determinado patamar no futuro, protegendo a sua produção. Ele terá um custo inicial, mas poderá evitar perdas maiores se aquela situação desfavorável se concretizar. Esse tipo de operação é muito complexo, requerendo estudos técnicos e bastante prática no mercado.

É importante destacar para os alunos que adquirir ações de uma empresa torna a pessoa proprietária dela, e que os investimentos em bolsas são, normalmente, de longo prazo. A visão de longo prazo é muito importante para quem aplica em ações, porque só assim se equilibra o sobe e desce dos preços praticados a curto prazo com a tendência de crescimento do país e da própria companhia.

Cooperativas de crédito

As cooperativas de crédito têm entre suas características o fato de serem instituições sem fins lucrativos que só podem receber depósitos à vista de seus associados. As cooperativas podem ser “singulares” (no mínimo 20 associados), que prestam serviços diretamente a seus associados; “centrais”, que são formadas por cooperativas singulares; e “confederações”, que são a união de cooperativas centrais.

Conselho Nacional de Seguros Privados

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) é o órgão, vinculado ao Ministério da Fazenda, responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização; é composto pelo Ministro da Fazenda (Presidente), representante do Ministério da Justiça, representante do Ministério da Previdência Social, Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, representante do Banco Central do Brasil (BCB) e representante da Comissão de Valores Mobiliários. Dentre as funções do CNSP estão a fixação das características gerais dos contratos de seguro, previdência complementar aberta, capitalização e resseguro; a prescrição dos critérios de constituição das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades Aberta de Previdência Complementar e Resseguradores e a disciplina da corretagem de seguros e a profissão de corretor.

Superintendência de Seguros Privados

A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Fazenda, integrante do Sistema Financeiro Nacional. É o órgão que atua na regulação, supervisão, fiscalização e incentivo das atividades de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, protegendo os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade em geral. A SUSEP oferece informações em seu site (www.susep.gov.br), como glossários, informações sobre o que observar ao contratar planos, perguntas e respostas sobre as principais dúvidas, e-mail para contato. Além de disponibilizar um Guia de Orientação e Defesa do Segurado para download, ela também dispõe do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) com atendimento telefônico gratuito ou presencial em suas unidades regionais, para esclarecer dúvidas dos consumidores sobre os mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização. É possível fazer reclamação ou denúncia à SUSEP sobre as empresas que atuam nesse mercado. A documentação e os procedimentos necessários encontram-se no site.

Conselho de Gestão da Previdência Complementar

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) é o órgão normativo do sistema de previdência complementar.

Superintendência Nacional de Previdência Complementar

A superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social, responsável pela supervisão e fiscalização dos fundos de pensão. O órgão normativo do sistema de previdência complementar fechada é o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC). A PREVIC, portanto, supervisiona, orienta e fiscaliza as atividades das entidades fechadas de previdência complementar. Afinal, estamos falando da aposentadoria de milhões de pessoas. A PREVIC oferece informações em seu site <http://www.previdencia.gov.br/previc/>

FALANDO “ECONOMÊS”

Conteúdos formais relacionados	PIB PIB per capita Desigualdade de renda Economia informal
Competências	Tomar decisões social e ambientalmente responsáveis (C02) Ler e interpretar textos que contêm vocabulário específico da Educação Financeira (C04) Elaborar planejamento financeiro (C08)
Objetivo(s) específico(s)	Estabelecer relações entre crescimento econômico e crescimento da renda individual Planejar ações simuladas de organização financeira para famílias de baixa renda
Descrição	A SD apresenta de forma concisa os conceitos de PIB, PIB per capita, bem-estar social e desigualdade de renda, e motiva o aluno a fazer comparações entre a realidade nacional e a sua, compreendendo a complexidade das relações entre crescimento econômico e bem-estar social.
Caderno do Aluno	Não



90

91



92

93

- 1 Professor, sugere-se que na aula anterior peça que os alunos tragam a primeira página de um jornal. Depois, com a turma separada em grupos, faça uma enquete perguntando quantos alunos têm o hábito de ler a seção de Economia no jornal ou mesmo atentar para essas notícias nos noticiários de rádio e TV. Provavelmente, a maioria não o faz.

Peça então que localizem na primeira página notícias que remetam à economia do país procurando termos como “desemprego”, “recessão”, “inflação”, “taxa de juros”, “PIB” etc. Muita gente se pergunta: por que eu tenho que entender dessas coisas? Aponte para os alunos que quem não quiser ser surpreendido pelo desemprego (se for empregado) ou pela perda de clientes (se for autônomo); se quiser buscar meios de ganhar mais dinheiro; se quiser saber como investir bem; se vale a pena pegar um empréstimo; para saber quando deve começar a se preocupar com a aposentadoria; e para fiscalizar como o governo gasta o dinheiro que recebeu de você pelos tributos, não tem jeito! Tem que entender um pouco desses assuntos. Quem entende aproveita melhor o crescimento do país e sofre menos com as recessões, isto é, com as crises econômicas.
- 2 É preciso tomar cuidado para não contar mais de uma vez o mesmo produto. No valor de um carro já está incluído o valor do aço ou do plástico usados na sua fabricação. Os especialistas do IBGE que fazem esse cálculo descontam o valor dos produtos usados na fabricação de outros produtos.

O PIB também pode ser entendido como a renda do país, ou seja, o que as pessoas e empresas envolvidas no processo produtivo da economia ganharam através de salários, lucros, aluguéis e juros. Sem essas pessoas e empresas não haveria produção. Não haveria PIB. O PIB, que é o resultado do envolvimento de pessoas, empresas e governo, é repartido entre elas através de suas remunerações. Também é necessário considerar as relações do país com o restante do mundo, incluindo as exportações e importações.
- 3 Nesse contexto, que tal solicitar aos alunos que comparem os valores do PIB e do PIB per capita de outros países com os do Brasil? Por exemplo, as 15 maiores economias mundiais e do Mercosul.



94

95



96

97

- 4 Se você for tratar deste assunto com a turma, pode encomendar uma pesquisa no site do IBGE (link “países”) sobre o valor da renda per capita na Bélgica e na Índia para os alunos entenderem melhor o termo Belíndia.
- 5 A atividade proposta visa a estabelecer relações entre crescimento econômico e crescimento da renda individual, fazendo uma relação com programas de distribuição de renda e levando os alunos a pensar como essas questões econômicas afetam suas vidas pessoais e familiares, estimulando um posicionamento a partir dos conceitos de Educação Financeira e mesmo de cidadania.

Uma forma comum de medir o grau de desigualdade na distribuição de renda em uma sociedade é o Coeficiente de Gini. Ele consiste em um número que varia entre 0 e 1, sendo 0 a medida correspondente à máxima igualdade, ou seja, todas as pessoas tem a mesma renda, e 1, a medida da máxima desigualdade, ou seja, uma pessoa teria toda a renda e as outras nada têm. Na prática, os coeficientes observados variam entre esses extremos e são normalmente apresentados em porcentagem (%), o índice de Gini.

Esse índice é uma boa medida para comparar a desigualdade de renda entre os países e serve, também, para acompanhar a evolução da desigualdade em uma determinada sociedade. No Brasil, nos últimos anos, o índice de Gini vem sendo reduzido, o que indica a redução da desigualdade. Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada pelo IBGE, em setembro de 2012, apontou o índice de Gini deste ano em 0,522. A diminuição desta taxa segue a linha de queda iniciada na década de 1990. De 2003 a 2011, o índice caiu, em média, 1,2% ao ano. Entre o ano de 2011 e 2012, de outubro a outubro, a queda foi 1,69%.

Para saber mais sobre a desigualdade de renda no Brasil, consulte o seguinte site: www.ipea.gov.br

Utilize esse espaço para suas anotações.

MERCADO

Conteúdos formais relacionados	Mercado Lei da oferta e da demanda
Competências	Ler e interpretar textos que contêm vocabulário específico da Educação Financeira (C04) Atuar como multiplicador (C07)
Objetivos específicos	Criar situações fictícias que ilustrem a lei da oferta e da demanda
Descrição	A SD trabalha os conceitos de mercado desde sua existência histórica como ponto de encontro de troca de mercadorias até o mercado atual, múltiplo de transações comerciais e financeiras.
Caderno do Aluno	Não



98

99



100

101

1 Professor, mostre que os mercados começaram como locais em que as pessoas queriam vender (oferta) se encontravam com as que queriam comprar (demanda). Eram os pontos centrais das cidades nas civilizações europeias, africanas, do Oriente Médio, entre outras. Os locais onde tudo acontecia, onde as trocas eram feitas e as notícias circulavam. Os mercadores, ou comerciantes, eram considerados importantes nessas civilizações e muitos tinham boa reputação.

Além disso, para determinados produtos, a área do mercado não é apenas a cidade, pode ser o estado, o país e até o mundo todo. Por exemplo, se o preço do petróleo no Oriente Médio baixar, as empresas que compram petróleo e produzem gasolina em qualquer país tentarão aproveitar a oportunidade e aumentar suas compras naquela região. Os produtores de petróleo em cada país não querem perder seus clientes, por isso terão de reagir oferecendo descontos. Um evento no Oriente Médio afeta os preços no mundo todo. O mercado de petróleo é, então, mundial.

2 Explique para a turma que quando há mais pessoas querendo comprar um bem ou serviço do que é possível ser ofertado, ou seja, quando a demanda supera a oferta, os preços sobem. Por exemplo, se na hora do almoço na feira todo mundo quiser comprar sorvete por causa do calor, os sorveteiros poderão aumentar um pouco o seu preço porque mesmo que alguns desistam, ainda assim muitos pagarão e eles terão lucro. Neste caso houve um aumento da demanda. O calor aumentou a disposição das pessoas de consumir sorvete. Isso significa que elas se dispõem a pagar mais pelo mesmo sorvete, mesmo que tenham que consumir menos de outra coisa qualquer, já que a renda não mudou, abrindo mão do cafezinho, por exemplo.

Por outro lado, se estiver frio, chover, ou no fim do dia e o sorveteiro quiser liquidar seu estoque, ele poderá baixar os preços para motivar as pessoas a comprar seu produto. A baixa de preço é consequência da diminuição da demanda. Com o frio ou o fim do dia, as pessoas tornaram-se menos interessadas em sorvete.

3 Observe que há limites mesmo para um monopólio. Como na historinha, mesmo que a farmácia seja a única do local, ela não pode cobrar o que quiser, porque se o fizer passa a valer a pena para o consumidor ir até outro bairro (mesmo que pague a passagem e gaste mais tempo), onde há outras farmácias. Um oligopólio também pode acontecer em mercados em que um fabricante, mesmo sem



102

103

ser o único, detenha 80% das vendas. Os demais têm parcelas muito pequenas do mercado. Como consequência, em algumas cidades haverá à venda somente as marcas desse fabricante líder, pode ser o caso de uma marca de chocolate ou de cerveja. Há outros casos, como algumas localidades que são atendidas por somente algumas companhias de ônibus ou por poucas lojas.

Oligopólios e monopólios concentram poder demais nas mãos de uma ou de algumas empresas, criando mercados não competitivos, com pouca ou nenhuma concorrência, que são desfavoráveis para os consumidores. Ou seja, as pessoas ficam praticamente nas mãos dessa ou dessas empresas. O governo pode então intervir para defender os direitos dos consumidores. Uma forma de intervir é evitar que as empresas que dominam o mercado elevem seus preços além do que conseguiriam se tivessem que disputar espaços com outros competidores. Outra forma de intervenção é estimular a concorrência, forçando empresas que tenham grande poder de mercado a se desfazer de parte de seus negócios, ou impedir que duas ou mais empresas se reúnam e passem a ter um poder de mercado excessivo.

A primeira forma de interferência é conduzida por agências reguladoras. As agências reguladoras fazem, de certo modo, o papel da concorrência onde ela não existe. Uma empresa de energia elétrica ou uma companhia de metrô não tem concorrentes diretos. Não há mercado suficiente para duas delas. Ambas faliriam se tentassem competir. Por isso só há uma. É o que às vezes se chama de monopólio natural. A agência reguladora, que é um órgão do governo, por meio de estudos técnicos, estabelece um limite para os preços, retirando parte do poder de mercado dessas empresas.

A segunda forma de atuação do governo é impedir que se formem ofertantes (produtores, fabricantes, distribuidores etc.) grandes o bastante para cobrar preços mais altos do que seria o caso se houvesse concorrência. O principal órgão no Brasil encarregado de regular a competição nos mercados em que ela é possível é o CADE.

- 4 Apresente para a turma a função social dos mercados: orientar por meio dos preços as decisões de produção para atender as demandas das pessoas. Se a produção se tornar excessiva, por exemplo, se houver muitas lojas de roupas para jovens em um local, os vendedores começam a ter prejuízo, pois há roupas demais para a quantidade de compradores dali. Então, alguns lojistas reduzem o preço



104

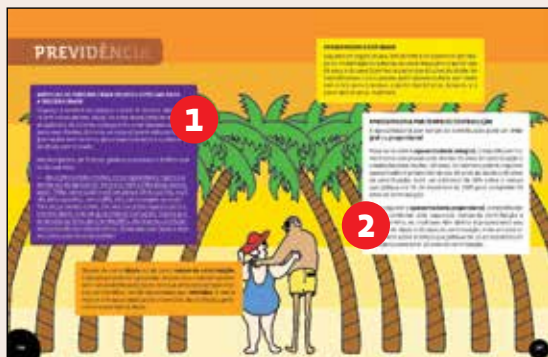
105

para atrair clientes, outros fecham as portas. Há um ajuste invisível, resultado de decisões individuais independentes, ou seja, no exemplo cada lojista toma sua decisão sem saber o que os outros, como um todo, estão fazendo.

- 5 A prática da exposição visa a deixar a aula mais divertida, tornando o tema mais atraente e leve, porém, contextualizando-o. É importante que a atividade não se esgote na tirinha, mas motive uma reflexão. Pode-se solicitar uma produção textual sobre os tópicos de mercado, oferta e demanda após a exposição. Se julgar melhor, você pode dar aos alunos a alternativa de criar encenações, charges, piadas ou contos, em vez de criar e expor tirinhas.

PREVIDÊNCIA

Conteúdos formais relacionados	Mercado previdenciário Previdência social
Competências	Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida (C03) Elaborar planejamento financeiro (C08) Analisar alternativas de prevenção no longo prazo (C09)
Objetivo(s) específico(s)	Estimar receitas e despesas de uma pessoa aposentada Elaborar um planejamento financeiro simulado para uma pessoa aposentada
Descrição	Esta SD apresenta a problemática da aposentadoria e da previdência fazendo uma relação entre o conceito de poupança na vida do aluno para cobrir despesas previstas e imprevistas com a previdência para cobrir aposentadorias e pensões. O problema do rombo da previdência pública é apontado, bem como suas possíveis repercussões na vida dos alunos.
Caderno do Aluno	Não



106

107



108

109

- 1** Professor, peça que na aula anterior os alunos tragam o suplemento de viagens ofertado semanalmente em muitos jornais. Depois, com a turma separada em grupos, faça uma enquete perguntando se gostam de viajar, se já viajaram ou têm planos de viagem etc. Em seguida, pergunte se conhecem pessoas aposentadas e se essas pessoas gostam de viajar. Introduza então o tema de que muitas pessoas pensam em realizar diversos sonhos quando se aposentarem, entre eles viajar, pois então terão tempo para isso. Mas será que terão renda suficiente?

- 2** As informações acima referem-se às regras de aposentadoria vigentes no ano de 2010. Nos últimos anos essas regras tem mudado muito pois a população está envelhecendo e o governo precisa garantir o equilíbrio entre receitas e despesas da previdência social.

Se houver interesse por parte dos alunos, explique que também há uma fórmula que combina o tempo de contribuição e a idade da pessoa. É o chamado “fator previdenciário”. Mesmo que já tenha o tempo regulamentar para receber os benefícios previdenciários, se a pessoa for ainda relativamente jovem, isto é, se ainda estiver muito distante da expectativa de vida a partir da idade em que se encontra, o fator vai representar um desconto sobre o valor integral do benefício. Por exemplo, no caso de uma mulher de 48 anos com 30 anos de contribuição, o fator será de 0,565. Se pelas regras de cálculo de benefícios ela tiver como base de recebimento o equivalente a R\$ 2.000, seu benefício cairá para R\$ 1.130. Se essa segurada tivesse mais 8 anos de contribuição, seu fator subiria para 0,879 e seu benefício para R\$ 1.758.

- 3** Enfatize para a turma que a previdência social cobre a aposentadoria e também o salário das pessoas que se afastam temporariamente do trabalho por doença, acidente ou por prisão. Enquanto estão ausentes por qualquer um desses motivos, não são os empregadores, mas a previdência social que paga o salário dessas pessoas. A soma dessas despesas com outros pagamentos, como o salário-maternidade e o salário-família, forma os chamados benefícios da previdência social.

- 4 Que tal perguntar aos alunos se eles já pensaram na própria aposentadoria? Provavelmente a maioria dirá que é muito cedo para pensar nisso. Apresente então os seguintes dados: muitos dos clientes dos planos de previdência complementar são jovens que acompanham direitinho os investimentos dos fundos de pensão ou dos fundos de previdência complementar aberta para terem certeza de que poderão contar com essa grana extra quando se aposentarem. Começam desde cedo, contribuem pouco e se garantem desde já. Quanto mais cedo começar, mais dinheiro se terá no futuro. Vale a pena você abrir os olhos dos seus alunos.

Veja esta tabela com simulação de contribuição previdenciária:

nº de anos	saldo final
1	2.477,83
2	5.105,35
5	13.979,22
10	32.722,85
20	91.552,02
30	197.315,15
35 (6% aa)	278.543,50
35 (3,5% aa)	164.231,22

Você deposita R\$ 200,00 todo mês em um plano que tem por objetivo render 6% ao ano em termos reais, isto é, acima da inflação. Se isso se verificar, ao fim de 35 anos, você terá acumulado para sua aposentadoria a quantia equivalente a R\$ 278.543,50. Mas esse rendimento pode não se verificar. Há épocas em que os investimentos rendem mais, e outras épocas em que rendem menos. Se o rendimento for de 3,5% ao ano, além da inflação, você terá ao final de 35 anos de aplicações mensais de R\$ 200,00 o equivalente a R\$ 164.231,22. Na realidade, os rendimentos variam ao longo dos 35 anos. Se variarem entre 3,5% e 6% ao ano mais inflação, você poderá ter um montante entre R\$ 164.231,22 e R\$ 278.543,50. Se aplicar R\$ 100,00, terá a metade desses valores. De qualquer modo, é um dinheiro a mais que você terá quando se aposentar para alcançar seus sonhos, aumentar sua renda, ter uma reserva etc.

É importante antes de contratar um plano checar as informações sobre as taxas de carregamento (percentual incidente sobre as contribuições pagas para fazer face às despesas administrativas, de corretagem e colocação do plano) e taxas de juros garantidas. Do depósito de R\$ 200,00, provavelmente parte irá para o financiamento das despesas da empresa.

Esse é o dinheiro poupado, mas não o disponível para saque, pois sobre ele incide o imposto de renda. Não é o caso de aprofundar esse aspecto da questão, uma vez que há diversos regimes de incidência tributária. Mas a importância da tributação deve ser apontada para a turma.

Outro ponto a se mencionar é o da necessidade de se estabelecer um plano para o uso desses recursos, pois eles não terão reposição. Esse é o dinheiro que foi poupado para esta fase da vida.



110

111

- 5 Além da previdência nacional, existem dois regimes previdenciários públicos em âmbito nacional: o do setor privado e o do setor público. O primeiro reúne os trabalhadores da iniciativa privada e o segundo congrega os servidores públicos federais estatutários (mas também há as previdências estaduais que sustentam os benefícios dos funcionários públicos estaduais). Uma pesquisa feita em 2007 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) mostrou que em todo o país 3,9 milhões de pessoas descontam uma parte do que recebem mensalmente para sustentar as aposentadorias, pensões e outros benefícios das previdências estaduais. Essa medida contribui para a manutenção de um padrão de vida digno para os servidores públicos e movimenta a economia, tendo vários aspectos positivos. Mas, ainda assim, há problemas nos estados brasileiros, que vêm enfrentando déficits em seus sistemas de previdência. A fim de garantir o futuro da previdência social, o governo vem fazendo reformas previdenciárias, o que sempre é um tema que gera muita discussão, pois envolve o futuro dos brasileiros. A maioria dos países também tem reformado seus sistemas. A parte mais difícil é que normalmente encontra maior reação é aumentar a idade em que as pessoas podem se aposentar. Muitos especialistas defendem que se pode trabalhar mais tempo, já que, graças aos avanços da medicina, hoje se vive mais.
- 6 Solicite que os alunos colham depoimentos com as pessoas idosas que eles conhecem: como eram as famílias antigamente? Eram mais numerosas do que hoje em dia? Vivia-se menos ou mais? Depois, comente os resultados com a turma, apontando o que mudou dos tempos dos avós para o momento atual.
- 7 A razão desta atividade é que muitos indivíduos não farão contribuições previdenciárias espontaneamente e nenhuma sociedade deseja que seus idosos sejam maciçamente desassistidos. Ou seja, não queremos milhões de idosos morrendo de fome na rua. Usar a imaginação para considerar como pode ser a vida depois dos 65 anos de idade é um exercício importante para sensibilizar os alunos a pensar no longo prazo e a realizar ações no presente, no curto e médio prazos que preparem a melhor vida possível depois da aposentadoria.

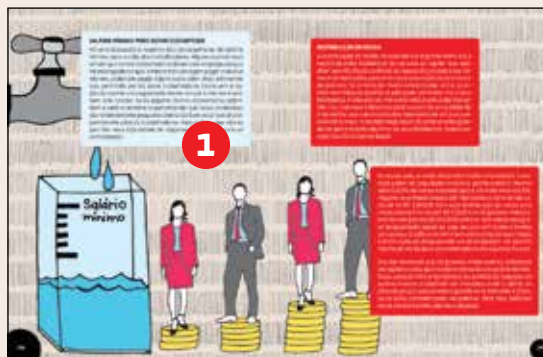
SALÁRIO MÍNIMO

Conteúdos formais relacionados	Salário mínimo Desigualdade social Oferta e demanda
Competências	Debater direitos e deveres (C01) Tomar decisões social e ambientalmente responsáveis (C02) Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida (C03) Ler e interpretar textos que contêm vocabulário específico da Educação Financeira (C04)
Objetivo(s) específico(s)	Levantar preços para estimar o valor total das necessidades básicas de uma pessoa Relacionar o valor das necessidades básicas de uma pessoa com o valor do salário mínimo
Descrição	A SD contextualiza a importância do salário mínimo para os programas de combate à desigualdade social no Brasil, bem como sua influência sobre o equilíbrio entre oferta e demanda no mercado de trabalho.
Caderno do Aluno	Sim



112

113



114

115

1 Professor, você deve ter reparado que essa discussão encontra-se intimamente relacionada à lei da oferta e da demanda. Se desejar, pode apresentar para a turma um exemplo introdutório sobre oferta e demanda com produtos para facilitar a compreensão do tema. Vejamos um exemplo simples:

Um vendedor de cachorro-quente trabalha na praça principal de uma cidade. Todo domingo circulam na praça 100 pessoas dispostas a comprar cachorro-quente por R\$ 2,00. Essa é a demanda. Para atender a todos, o vendedor precisa ter 100 cachorros-quentes para vender por esse preço. Suponha que ele só consiga produzir 50 cachorros-quentes, nesse caso a demanda (100 pessoas querendo cachorro-quente) é bem maior que a oferta (50 cachorros-quentes). O vendedor pode então subir o preço do seu cachorro-quente para R\$ 3,00, que ainda encontrará pessoas dispostas a pagar. Se forem 50 pessoas, temos um equilíbrio entre oferta e demanda com o produto a R\$ 3,00.

Agora suponha que uma vendedora também comece a trabalhar na praça oferecendo 50 cachorros-quentes a R\$ 2,50. O primeiro vendedor tem que baixar seus preços para não perder seus clientes e um novo equilíbrio entre oferta e demanda é encontrado com os produtos a R\$ 2,50. Nesse novo ponto de equilíbrio, o total de cachorros-quentes comercializado pelos dois vendedores é superior a 50 e inferior a 100 unidades. Para chegar a esse volume, como vimos, é preciso que o preço do cachorro-quente caia para R\$ 2,00.

Depois, apresente a seguinte situação para a turma:

Imaginem que uma empresa possui uma verba de R\$ 900,00 para contratar trabalhadores de baixa qualificação, e que ela gostaria de contratar três trabalhadores a R\$ 300,00 cada um. Com o salário mínimo a R\$ 450,00 ela só pode contratar dois trabalhadores. Isso favorece os dois contratados, mas prejudica o terceiro, que não encontra emprego.

Essa situação também não estimularia esses trabalhadores a estudar e se qualificar para poder se candidatar a melhores empregos. O salário mínimo contribuiria então para o desemprego e a continuidade da baixa qualificação profissional de parte da população.



116

117

Faça enquetes:

1. Os alunos concordam ou discordam dessas colocações?
2. O que é socialmente melhor: três trabalhadores empregados com R\$ 300,00 cada, ou dois trabalhadores com R\$ 450,00 cada? No segundo caso, o trabalhador desempregado estaria estimulado a se qualificar para conseguir um emprego?

- 2 Os debates aqui sugeridos contribuem para que os alunos trabalhem pontos pertinentes à política de salário mínimo bem como conceitos importantes de oferta e demanda. Os debates do grupo podem ser ampliados, envolvendo toda a turma, ou mesmo diversas turmas, mostrando que a questão não é tão simples como pode parecer a princípio.

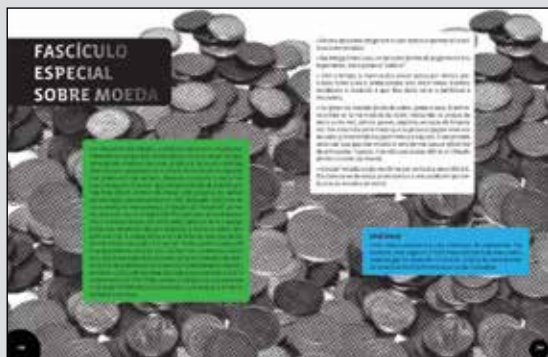
Você pode desdobrar e detalhar esta SD para trabalhar conceitos matemáticos com cálculos de valores para os itens da “cesta básica” do salário mínimo ou propondo que os alunos façam pesquisas como dever de casa para apresentar suas soluções.

Também é possível fazer um “juízo do salário mínimo” em que um grupo pode fazer a acusação, apontando seus possíveis efeitos negativos sobre o nível de emprego, outro pode fazer a defesa, apontando os benefícios da distribuição de renda.

Utilize esse espaço para suas anotações.

FASCÍCULO ESPECIAL SOBRE MOEDA

Conteúdos formais relacionados	Funções da moeda Conservação do dinheiro
Competências	Debater direitos e deveres (C01) Tomar decisões social e ambientalmente responsáveis (C02) Ler e interpretar textos que contêm vocabulário específico da Educação Financeira (C04) Atuar como multiplicador (C07)
Objetivo(s) específico(s)	Contextualizar a função do dinheiro na nossa sociedade Conservar o dinheiro
Descrição	Esta SD traz um breve relato da história do surgimento do dinheiro, sua importância como meio de troca, bem como suas principais funções na economia. Apresentamos também a importância da sua conservação, mostrando seus custos e apontando o impacto ambiental de produzi-lo. Além disso, trata de um elemento provavelmente presente no cotidiano dos alunos: o talão de cheques, e seus problemas mais comuns como cheque sem fundo e a questão do cheque pré-datado.
Caderno do Aluno	Sim



120

121



122

123

1 Professor, leia com os alunos a história do dinheiro e complemente dizendo que mesmo feito de papel, o dinheiro ainda conservava uma ligação com o ouro. Era o chamado padrão-ouro, que obrigava os países emissores de moeda a trocá-la por uma quantidade fixa em ouro. Ou seja, tinha um correspondente em ouro para aquela cédula de dinheiro. Mas a emissão cada vez maior de papel-moeda tornou isso inviável. Não haveria ouro no mundo para honrar a conversão de papel-moeda no nobre metal, por isso a conversibilidade foi extinta no início dos anos 1970.

2 A emissão de papel-moeda ocorre quando o Banco Central do Brasil entrega papel-moeda para um banco, que efetua um saque na sua conta Reservas Bancárias, para atender as necessidades de saques dos clientes nas respectivas contas correntes. Desse modo, a emissão de papel-moeda pelo Banco Central reflete a demanda do público.

A vida útil do dinheiro, que é o período decorrido entre a primeira emissão (emissão primária) de uma cédula e seu recolhimento final, por ter se tornado imprestável para uso, varia em função de fatores tais como:

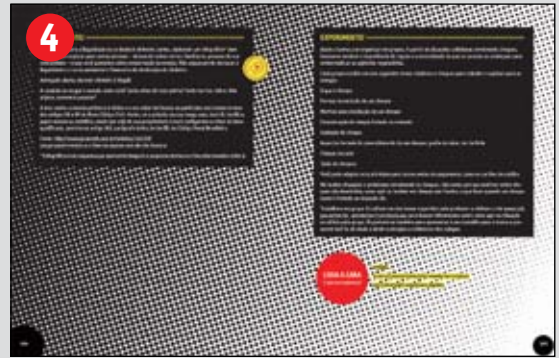
- a denominação: quanto menor a denominação maior a velocidade de circulação fazendo com que se desgaste mais rapidamente;
- o tipo de material do qual é feito o substrato, que pode ser papel de diferentes composições e gramaturas ou polímero;
- os processos utilizados na impressão, que podem proporcionar maior durabilidade das características gráficas e dos elementos de segurança, alongando a vida útil da cédula;
- o trato dispensado pelo público no manuseio do dinheiro. Ocorre encurtamento do período de circulação em função de rasgos, rabiscos, desenhos, e outras formas de danos causados de forma acidental ou proposital.

No caso das cédulas, a vida útil situa-se entre 10 meses, e 3 anos e, no caso das moedas, em torno de 20 anos.



124

125



126

127

- 3** O Banco Central é a única instituição que pode emitir moeda. Cabe-lhe também coordenar as ações para o saneamento do “meio circulante”, recolhendo as moedas e papel-moeda danificados, impróprios para o uso. O projeto artístico das moedas e papel moeda é submetido à Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil e ao Conselho Monetário Nacional, a quem cabe a aprovação final. A Casa da Moeda do Brasil (CMB) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem a responsabilidade e o monopólio de, conforme definido em lei, produzir as moedas e as cédulas que circulem no país. O Banco Central do Brasil relaciona-se com a CMB por meio de contrato de fornecimento de cédulas e moedas.
- 4** Esta atividade de debate visa a demonstrar que o dinheiro é propriedade pública, portanto um bem que pertence a todos. Rasgar dinheiro é destruir bem público; além disso, implica em ter que produzir mais cédulas antes do tempo necessário, o que tem um impacto negativo sobre o meio ambiente.

Utilize esse espaço para suas anotações.

RÁDIO SUL-AMERICANA

Conteúdos formais relacionados	Blocos econômicos Negociações e acordos multilaterais
Competências	Debater direitos e deveres (C01) Ler e interpretar textos que contêm vocabulário específico da Educação Financeira (C04)
Objetivo(s) específico(s)	Identificar diversas ciladas envolvidas em negociações Compreender que os blocos econômicos se organizam por meio de acordos negociados
Descrição	A SD busca contextualizar os blocos econômicos, particularmente o Mercosul, e negociações multilaterais nas vidas dos estudantes. O uso de uma fotonovela dinamiza o conteúdo.
Caderno do Aluno	Não



128

129



132

133

- 1 Professor, em tudo envolve dinheiro quando se trata de educar financeiramente. Há muitos aspectos comportamentais envolvidos e um deles, destacado nesta SD, refere-se a negociações em situações de natureza relacional. É muito importante trabalhar certos comportamentos com os alunos porque é com base neles que decisões financeiras serão tomadas. Por isso, explore bastante os relatos e as reflexões trazidas pelos alunos ao final da atividade e procure organizá-las de modo que não se percam. Uma maneira de fazer isso é estimular os alunos a escreverem o seu caso sob a forma de registro em diário pessoal e, depois, juntar todos os relatos em um único volume que poderá circular pela turma e pela escola. O cinema tem bons exemplos que ilustram a força da narrativa pessoal no crescimento dos alunos: *Escritores da liberdade* (2007), baseado em fatos reais, e *Preciosa* (2009), baseado em livro de grande sucesso. Se possível, passe um desses filmes para os alunos e promova um bom debate.
- 2 A proposta desta atividade é estimular um amplo debate sobre questões relativas a certos acordos internacionais que precisam ser firmados em um bloco econômico, como o Mercosul, com o objetivo de demonstrar determinados impactos que este pode causar na vida dos alunos, bem como na dos brasileiros em geral.

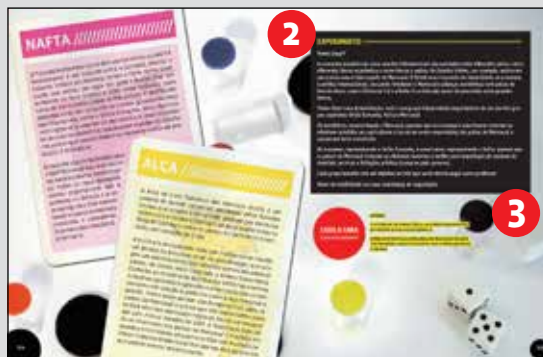
O JOGO DOS BLOCOS ECONÔMICOS

Conteúdos formais relacionados	Negociações e acordos multilaterais Blocos econômicos
Competências	Debater direitos e deveres (C01) Ler e interpretar textos que contêm vocabulário específico da Educação Financeira (C04)
Objetivo(s) específico(s)	Compreender, por meio de vivência lúdica, algumas problemáticas referentes aos blocos econômicos Aprender a pensar estratégias simuladas de resolução de questões mundiais, a partir de fatos que se apresentam na economia
Descrição	A SD apresenta blocos econômicos mais conhecidos dos alunos pela mídia, como o NAFTA, a ALCA e a União Europeia. O Mercosul é tratado em SD específica que sugere-se seja trabalhada em conjunto com essa.
Caderno do Aluno	Não



134

135



136

137

- 1 Professor, você deve se lembrar de que anos atrás houve no Brasil movimentos contra e a favor da entrada do Brasil na ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Um bloco econômico que envolveria todo o continente americano e seria liderado pelos Estados Unidos, aproveitando a experiência do NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio; em inglês: North American Free Trade Agreement), o bloco formado pelos EUA, Canadá e México. Porém, depois de muitas discussões, a ALCA de fato não conseguiu se desenvolver como seus proponentes queriam. Esta SD está centrada na atividade inicial, os alunos devem se dividir em grupos, cada um representando o seu bloco. Os objetivos de cada grupo estão no livro do professor. Você deverá apresentar a cada grupo, em segredo, qual é a meta de cada um deles. Deixe que os alunos desenvolvam suas próprias estratégias de negociação.
- 2 A dramatização permite que os alunos vivenciem as situações de forma lúdica, estimulando o debate sobre as questões envolvendo os blocos econômicos, despertando os alunos para o tema.
- 3 Esses são os objetivos secretos de cada grupo que você deverá passar para cada um isoladamente:
 - Diplomatas da União Europeia tentando convencer o Brasil a fechar um acordo em separado do Mercosul com a União Europeia.
 - Diplomatas dos Estados Unidos tentando convencer o Brasil a fechar um acordo em separado do Mercosul com a ALCA.
 - Diplomatas brasileiros tentando convencer os dois grupos a fazerem acordos com o Mercosul.

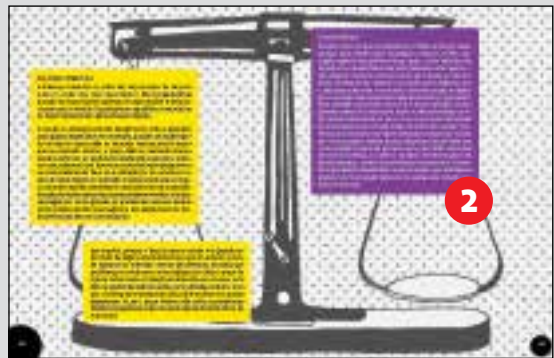
NEGÓCIO DA CHINA

Conteúdos formais relacionados	Mercado Internacional Balança comercial Exportação / Importação
Competências	Ler e interpretar textos que contêm vocabulário específico da Educação Financeira (C04)
Objetivo(s) específico(s)	Identificar os produtos importados utilizados no cotidiano Localizar os países dos quais o Brasil importa os produtos utilizados no cotidiano Buscar dados sobre as exportações nacionais e internacionais
Descrição	A SD busca contextualizar o comércio internacional para os alunos fazendo-os perceber quantos produtos importados já fazem parte de seu cotidiano. As exportações são mostradas como meios de movimentação da economia e de geração de emprego.
Caderno do Aluno	Não



138

139



140

141

- 1 Professor, explique para a turma que quando alguém vende aquilo em que é eficiente, gera recursos para comprar o que não consegue produzir com a mesma facilidade. Com essa especialização, o país acaba produzindo mais do que o necessário para consumo interno daqueles itens em que se sobressai e cada vez menos daquilo em que é pouco eficiente. Desse modo, o uso dos mesmos recursos produtivos do país (mão de obra, capital, dinheiro etc.) após a realocação induzida pelo comércio, permite um nível de consumo maior e mais diversificado.
- 2 Também explique para a turma que o comércio internacional permite que as pessoas experimentem produtos e serviços de outros países, favorece a circulação de ideias e tecnologia, possibilitando que as pessoas acompanhem os últimos avanços, permite que produtos sejam produzidos em larga escala por poderem atender a um mercado muito maior (o que reduz seu preço), a concorrência força as empresas brasileiras a se manter competitivas, estimulando a criação de novos negócios. Por isso o uso de tarifas e quotas deve ser muito bem pensado, pois de acordo com a maioria dos economistas, o comércio internacional traz muito mais vantagens do que desvantagens.



142

143



144

145

- 3 É interessante comentar com a turma que, durante a industrialização, houve exageros de intervenção governamental, concedendo-se incentivos a setores e projetos que jamais seriam competitivos. Talvez o melhor exemplo seja a lei de informática, que nos anos 1980 criou a chamada reserva de mercado para a produção nacional de computadores. Não se podia importar computadores. Ao fim de alguns anos, a lei foi revogada porque os computadores brasileiros eram defasados tecnologicamente e mais caros que os estrangeiros, com prejuízo para os consumidores. A revogação dessa lei fez parte de um processo mais amplo, chamado de abertura comercial.
- 4 Observe para a turma que o Brasil não poderia deixar de lado seu potencial agrícola, como terra, clima, solo etc. É obvio que há terras melhores para determinadas culturas (como trigo) na Argentina ou em outros países, mas o Brasil tem espaço físico e diversidade geográfica, que combinados a investimentos em tecnologia e infraestrutura tornaram o país um competidor (usa-se muito o termo “player”, jogador em inglês) de primeira grandeza no agronegócio mundial. Ao mesmo tempo, com a extensão territorial e a população que tem, o Brasil teria inevitavelmente que se urbanizar e se industrializar.
- 5 As atividades têm como objetivo contextualizar a importância do comércio internacional para o país e mostrar sua presença no dia a dia dos alunos. Por isso, propomos um debate na primeira atividade. Para a segunda, as melhores imagens podem ser exibidas em um mural na turma ou para toda a escola.

Utilize esse espaço para suas anotações.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Conteúdos formais relacionados	Relações internacionais Sistema Financeiro Regulamentação Internacional
Competências	Debater direitos e deveres (C01) Ler e interpretar textos que contêm vocabulário específico da Educação Financeira (C04)
Objetivo(s) específico(s)	Refletir sobre o perfil e a atuação dos representantes de um país em uma comunidade internacional Propor apoio de uma instituição financeira internacional para um projeto local
Descrição	A SD busca contextualizar para os alunos a importância dos organismos internacionais que podem ter influência sobre seu cotidiano, particularmente financiando programas educacionais, de saneamento básico etc. Apresenta aos alunos os principais organismos internacionais que têm relação com o Sistema Financeiro Nacional: FMI, Banco Mundial e BID.
Caderno do Aluno	Sim



146

147



148

149

1 Professor, pode ser interessante passar as seguintes informações para a turma:
 O FMI foi criado em 1944 e sua forma de atuação foi se alterando ao longo do tempo. Nos primeiros anos, a principal motivação dos participantes era evitar a repetição da Grande Depressão, que a partir do fim de 1929 levou dezenas de países a níveis recordes de desemprego. A ideia era que o FMI emprestasse dinheiro a países com dificuldade para equilibrar suas contas com o restante do mundo. Mas o empréstimo era concedido mediante compromissos assumidos pelo país beneficiário.



150

151

2 A ONU tem na sua estrutura órgãos dedicados ao acompanhamento de regiões e de temas importantes para o bem-estar social. Um desses órgãos é a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), que pesquisa, levanta e estuda dados e propõe medidas para auxiliar no desenvolvimento da região. Outro órgão da ONU é a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), cujo foco é a segurança alimentar, sobretudo das populações mais pobres. A FAO divulga estatísticas e estudos e realiza conferências internacionais com o objetivo de orientar governos em suas políticas alimentares.



152

153

- 3 Esta atividade pode ter como culminância um grande debate na turma, no qual se enfatize a importância dos organismos internacionais e de se ter pessoas bem preparadas para atuar neles. Também é uma boa oportunidade para se levar para o âmbito mundial certas questões relativas a direitos e deveres que permeiam as relações humanas em qualquer âmbito.
- 4 Ela pode ser feita em grupo e depois debatida em um plenário geral da turma. As atividades buscam contextualizar para os alunos as relações do Brasil com organizações internacionais e a importância para o país de ter alcançado uma reputação de seriedade e solidez em suas políticas econômicas. Adicionalmente, pode-se propor à turma uma investigação mais profunda sobre a situação do Brasil no cenário internacional. Veja abaixo algumas sugestões de perguntas que poderiam disparar o trabalho:
 - Você diria que o Brasil melhorou diante do mundo? Pesquise para descobrir como foi a relação do Brasil com organismos internacionais, como o FMI, no passado e como está agora.
 - O que significa para o país e para você o Brasil ter uma reputação internacional de seriedade e solidez?

Utilize esse espaço para suas anotações.

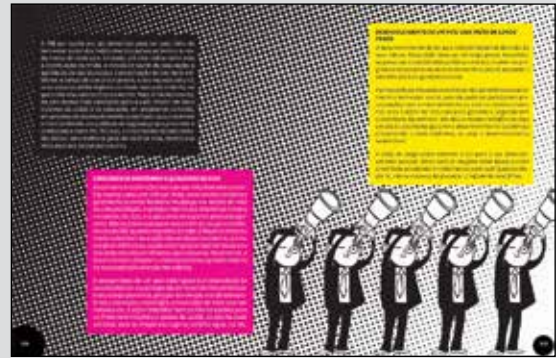
O BEM-ESTAR DO SEU PAÍS

Conteúdos formais relacionados	Desenvolvimento econômico Bem-estar social
Competências	Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida (C03) Ler e interpretar textos que contêm vocabulário específico da Educação Financeira (C04)
Objetivo(s) específico(s)	Comparar o índice de IDH e o PIB per capita de diversos países Relacionar o desenvolvimento econômico de um país aos impactos ambientais que causa Buscar referenciais para a futura decisão profissional
Descrição	A SD apresenta de forma concisa os conceitos de desenvolvimento econômico e de bem-estar social e motiva o aluno a fazer comparações entre diversas realidades – nos planos individual, nacional e internacional.
Caderno do Aluno	Não



154

155

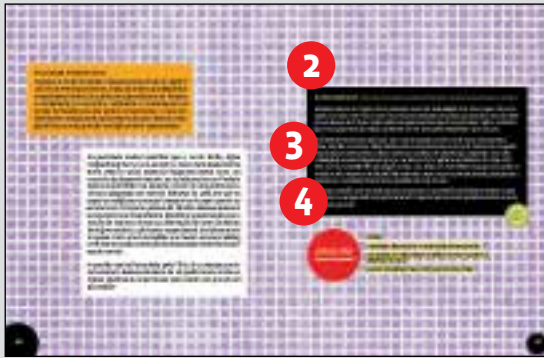


156

157

1 Professor, desenvolvimento sustentável significa desenvolver a economia do país preservando o meio ambiente, ou seja, a capacidade de gerar riquezas hoje, sem comprometer o futuro. Esse parece ser o grande desafio do século XXI. Como já foi explicitado por um ambientalista “se a questão for colocada como escolher entre gerar 100 mil novos empregos ou preservar milhares de bromélias, a questão parece fácil. Mas, esta é uma diferença entre visões de curto e médio prazo. Se os rios, mares, terras e o próprio ar ficarem envenenados, com catástrofes climáticas e perda de alimentos, nós perderemos nosso planeta. E sem ele, onde vamos viver para desfrutar do nosso dinheiro?”

Os Estados Unidos e a China enfrentam o dilema entre preservar o crescimento econômico e sair dos postos de maiores poluentes do mundo. O Brasil também enfrenta a questão, não somente em relação à Amazônia e à Mata Atlântica, mas em diversos outros setores. Cabe a todos nós ficarmos atentos ao problema. Que tal promover um debate na turma sobre essas questões?



158

159

- 2 A seguir são propostas questões para debate junto à turma. Elas podem primeiro ser tratadas individualmente e, depois, em um grande plenário envolvendo todos os alunos, e visam a estabelecer relações entre a situação individual e a nacional.
- 3 Ainda com base na metodologia anterior, de acordo com dados coletados em novembro de 2010 (Fonte: ONU), os estados de maior IDH no Brasil são: Distrito Federal (0,874), Santa Catarina (0,840), São Paulo (0,833), Rio Grande do Sul (0,832) e Rio de Janeiro (0,832). Em 2010 o IBGE divulgou o PIB de todos os estados brasileiros. Os números mostraram que São Paulo e Rio de Janeiro permanecem como os estados mais ricos, com 1,4 trilhão e 407 bilhões de reais, respectivamente. Nos países mais bem posicionados em termos de PIB do que de IDH, os recursos econômicos não se transformaram em benefícios plenos para seus indivíduos.

Os alunos podem ser motivados a ilustrar essa conclusão com exemplos.

Para saber mais sobre o PIB do país, consulte o seguinte site: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2011/default.shtm>

Para saber mais sobre o IDH do país, consulte o seguinte site: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

- 4 Conduza um debate na turma sobre a tensão entre desenvolvimento econômico e responsabilidade socioambiental.

Utilize esse espaço para suas anotações.

MOMENTO DE CRISE: E EU COM ISSO?

Conteúdos formais relacionados	Juros Crise financeira
Competências	Ler e interpretar textos que contêm vocabulário específico da Educação Financeira (C4) Atuar como multiplicador (C7)
Objetivo(s) específico(s)	Estabelecer relações entre a crise econômica de um país e situações da vida pessoal Criar textos que divulguem impactos de uma crise econômica no cotidiano
Descrição	Esta SD trata de como uma crise financeira em um país pode afetar o restante do mundo. Os alunos são apresentados a um esquema de causalidade múltipla com relação à crise financeira iniciada em 2008 e são convidados a pensar nos efeitos desta sobre a vida das pessoas que a vivenciaram. Também é explicado o papel dos juros nessa crise.
Caderno do Aluno	Não



160

161



162

163

1 Professor, é comum uma crise financeira ocorrer sem que os cidadãos compreendam suas causas e consequências. Esta SD mostra como diversos fatores se entrelaçaram para desencadear a crise financeira mundial iniciada em 2008. Isso ajuda os alunos a perceberem como o mundo contemporâneo é conectado e como o que ocorre em um país pode afetar vários outros. Além de ampliar a compreensão do mundo, espera-se que a SD provoque um maior sentimento de pertencimento a um mundo em que as ações de uns têm consequências sobre a vida de outros.

2 É importante que você conheça o desenrolar da crise para poder responder as dúvidas dos seus alunos. O primeiro estágio da crise ocorreu no segmento de “hipotecas subprime”. Este termo se refere a empréstimos habitacionais concedidos a pessoas ou famílias cuja capacidade de pagamento é duvidosa. São operações arriscadas. Pequenas mudanças no cenário econômico podem provocar inadimplência maciça. Isso começou a acontecer entre 2006 e 2007, quando o Banco Central americano começou a subir os juros para evitar a inflação.

As hipotecas subprime eram negociadas como uma forma de investimento. Quem comprava esperava um retorno assim que houvesse o pagamento das prestações por parte daqueles que contraíram os empréstimos habitacionais. Com a inadimplência, os investidores, entre os quais estavam grandes bancos, começaram a ter prejuízos. A preocupação com novas inadimplências fez com que várias instituições financeiras parassem de emprestar, e a crise entrou num segundo estágio, que se caracterizou por um aperto no crédito em geral e não somente no segmento subprime.

A terceira fase foi a internacionalização da crise. É verdade que alguns bancos que haviam investido em hipotecas subprime não eram americanos. Bancos ingleses e japoneses, entre outros, se viram em dificuldades quando a inadimplência em relação a essa categoria de empréstimos cresceu. Mas a internacionalização até então não era geral. Os bancos brasileiros, por exemplo, não tinham feito tal investimento e estavam em posição de maior segurança.



164

165

3 Na fase mais aguda da crise, o maior problema não foi a elevação das taxas de juros, mas a redução na oferta de crédito. Os bancos, para evitar correr riscos, deixaram de conceder novos empréstimos, preferindo aplicar seus recursos em títulos públicos, menos rentáveis, porém, mais seguros. Um setor que se ressentiu especialmente da crise aqui no Brasil foi o de carros usados. Quem desejasse ou precisasse vender seu carro usado para comprar um novo teve de adiar a decisão ou aceitar uma perda de 20% a 30% no valor do veículo. Uma perda dessa ordem pode impedir a realização do negócio.

Quem possuía investimentos em ações em 2008 também tomou um tremendo susto. O valor médio das ações das principais empresas caiu cerca de 50% nos meses finais daquele ano. É verdade que o Brasil enfrentou bem a crise e conseguiu se recuperar rapidamente. Mas, no auge da turbulência, ninguém podia prever o desfecho da situação e, diante de uma perda patrimonial, ainda que temporária, a atitude mais comum é o conservadorismo, o que significa cortes de despesas e adiamento de planos de investimento e consumo.

4 Esta atividade permite que os alunos tornem tangíveis os efeitos de uma crise financeira mundial na vida das pessoas. Os alunos também podem explorar a compreensão equivocada dos personagens-cidadãos com relação à crise, gerando comportamentos irracionais ou cômicos. O uso do humor e do drama são poderosos catalisadores de aprendizagem para adolescentes, que têm como uma de suas fortes características uma visão hiperbólica dos fenômenos.

A socialização das histórias produzidas pelos alunos os ajudará a perceber as diferentes facetas da crise, apresentadas pela diversidade de olhares da turma.

Utilize esse espaço para suas anotações.

SONHO PLANEJADO

Temas envolvidos

**Bens públicos
Economia do país
Economia do mundo**

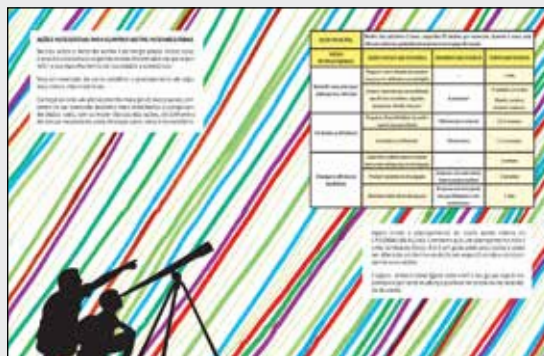
Descrição

Esta SD é indicada para fechar o Bloco 3, que é dividido em três temas: bens públicos, economia do país e economia do mundo.



166

167



170

171

Professor, esta SD encerra o Bloco 3, que trouxe três temas referentes ao âmbito social. São eles: públicos, economia do país e economia do mundo. É recomendável que se termine o bloco com esta SD para sistematizar a aprendizagem em um planejamento financeiro na tentativa de caminhar em direção a um sonho coletivo, que não necessariamente se completará naquele momento ou até mesmo nessa geração.

O planejamento desse projeto deverá ser criado em grupo pelos alunos, de modo que seja coerente com a natureza social desse bloco e possa ser de real utilidade para alguma coletividade. Afinal, é para isso que serve esse Programa de Educação Financeira.

A elaboração de um planejamento para a realização efetiva de um sonho coletivo pode ter um impacto altamente positivo para os adolescentes e para a comunidade que se beneficiará de tal iniciativa. Sejam quais forem as condições de vida locais, o fato é que a experiência de ter um sonho realizado pelo esforço coletivo deixará um gosto inesquecível de que, quando as pessoas somam suas forças, é possível superar dificuldades e utilizar ferramentas e conhecimentos para “dar a volta por cima”. O Programa de Educação Financeira procurou contribuir de forma efetiva para oferecer aos alunos os meios para superarem eventuais limitações da comunidade em que vivem e, assim, contribuir diretamente para um futuro melhor para todos.

Estimule os alunos a utilizarem o Caderno do Aluno para anotar seu planejamento passo a passo. Se os grupos se sentirem à vontade, é interessante que troquem ideias entre si sobre formas de se organizar e de se planejar, para que possam ajudar uns aos outros a alcançar os sonhos coletivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOVESPA. **Educação Financeira**. Material didático de uso interno.

CAVALCANTE, Francisco. MISUMI, Jorge Yoshio. RUDGE, Luiz Fernando. **Mercado de capitais. O que é, como funciona**. Mercado de Capitais/Comissão Nacional de Bolsas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

COREMEC, **Proposta de Estratégia Nacional de Educação Financeira nas Escolas**. BRASIL, 2009.

ESCOLA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR. **Manual de direito do consumidor**. Brasília, 2009.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. **Decisões econômicas: você já parou para pensar?** São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Psicologia Econômica – estudo sobre comportamento econômico e tomada de decisão**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2008.

MANKIW, Gregory N. **Introdução à economia. Princípios de micro e macroeconomia**. Tradução de Maria José Cyhlar Monteiro. Revisão técnica de Reinaldo Gonçalves. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

TOLEDO, Denise Campos de. **Assuma o controle das suas finanças: você feliz com dinheiro hoje e no futuro**. São Paulo: Editora Gente, 2008.

UNIBACEN. **Educação Financeira: Gestão Financeira Pessoal**. Material didático de uso interno.

WEBSITES INDICADOS

Banco Central: <http://www.bcb.gov.br>

Banco Central do Brasil – Moedas emitidas: <http://www.bcb.gov.br/?MOEDASBC>

Corrupção e crescimento econômico: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_244942.shtml

Câmara dos Deputados – Plenarinho: <http://www.plenarinho.gov.br>

CGU – Olho Vivo no Dinheiro Público: <http://www.cgu.gov.br/olhovivo/>

CGU – Controladoria Geral da União: <http://www.cgu.gov.br/Denuncias/formDenuncia.asp>

CVM: <http://www.cvm.gov.br>

Destruir dinheiro é ilegal! Fonte: <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/148259/rasgar-papel-moeda-e-crime-ou- apenas-um-ato-de-loucura>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Investimentos por Estudantes por nível de ensino: http://portal.inep.gov.br/c/journal/view_article_content?groupId=10157@articleId=24560@version=1.6

Leãozinho – site da Receita Federal que traz informações interessantes e ideias para apresentar aos jovens os conceitos e informações sobre tributos, de forma lúdica e atraente: <http://leaozinho.receita.fazenda.gov.br/>, <http://leaozinho.receita.fazenda.gov.br/pnef/default.htm>

Mercosul: <http://www.mercosul.gov.br/dados-gerais>

Ministério do Trabalho e Emprego. Cartilha Lei do Estágio. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/cartilha-lei-do-estagio.htm>. Acesso em: 28 out. 2013

PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal: <http://www.receita.fazenda.gov.br/educafiscal/pnef.htm>

Portal Brasil: <http://www.portalbrasil.net/>

Portal da Transparência: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>

Previc: <http://www.previdencia.gov.br/previc/>

Programa de educação fiscal da Receita Federal: <http://www.receita.fazenda.gov.br/educafiscal/default.htm>

SUSEP: <http://www.susep.gov.br/>

Transparência Internacional - Corrupção: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/12/121205_transparencia_corrupcao_percepcao_rw.shtml

GLOSSÁRIO

A

AGÊNCIAS REGULADORAS: fazem, de certo modo, o papel da concorrência onde ela não existe. Uma empresa de energia elétrica ou uma companhia de metrô não tem concorrentes diretos. Não há mercado suficiente para duas delas. É o que às vezes se chama de monopólio natural. A agência reguladora, que é um órgão do governo, por meio de estudos técnicos, estabelece um limite para os preços, retirando parte do poder de mercado dessas empresas.

ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA): projeto de acordo comercial idealizado pelos Estados Unidos que propõe a derrubada gradual das barreiras comerciais e tarifas alfandegárias para quase todos os itens de comércio entre os países do continente americano, com exceção de Cuba. AALCA era inicialmente vista por muitos como inevitável dentro do processo atual de globalização, que propõe um estreitamento das relações comerciais entre os países, de forma mais integrada e menos burocrática. Contudo, as resistências dos EUA em retirar os enormes subsídios agrícolas à agricultura americana e seu protecionismo em relação a produtos como o aço minaram o acordo.

APOSENTADORIA POR IDADE: segundo as regras atuais, têm direito a se aposentar por idade os trabalhadores urbanos do sexo masculino a partir dos 65 anos e do sexo feminino a partir dos 60 anos. Os trabalhadores rurais podem pedir aposentadoria por idade com cinco anos a menos: a partir dos 60 anos, homens, e a partir dos 55 anos, mulheres.

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO INTEGRAL: o trabalhador homem deve comprovar pelo menos 35 anos de contribuição e a trabalhadora mulher, 30 anos. Os homens podem requerer aposentadoria proporcional aos 53 anos de idade e 30 anos de contribuição, mais um adicional de 40% sobre o tempo que faltava em 16 de dezembro de 1998 para completar 30 anos de contribuição.

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL: o trabalhador precisa combinar dois requisitos: tempo de contribuição e idade mínima. As mulheres têm direito à proporcional aos 48 anos de idade e 25 anos de contribuição, mais um adicional de 40% sobre o tempo que faltava em 16 de dezembro de 1998 para completar 25 anos de contribuição.

B

BALANÇA COMERCIAL: valor das exportações de um país menos o valor das suas importações. Ela é superavitária quando as exportações superam as importações e deficitária em caso contrário. O país está em equilíbrio comercial se as importações forem iguais às exportações.

BANCO CENTRAL (BCB): responsável, entre outras atribuições, pela normatização e supervisão das atividades realizadas por várias instituições do mercado financeiro. Fiscaliza e disciplina o mercado financeiro, define regras, limites e condutas das instituições financeiras, incluindo normas relacionadas às tarifas que um banco pode cobrar e aos serviços que devem ser gratuitos. Empresta dinheiro aos bancos comerciais quando eles o necessitam, faz a gestão da política monetária do governo, centraliza as transferências financeiras entre o Brasil e o exterior e também é o banco do governo no gerenciamento da dívida pública interna e externa.

BANCOS COMERCIAIS: são os bancos mais conhecidos pelas pessoas em geral. Prestam serviços, como pagamentos de cheques, cobranças, recebem impostos e tarifas públicas, conta poupança, recebem depósitos à vista, fundos de investimento, contas-salário para pagamento de funcionários, fornecem crédito (empréstimos pessoais ou financiamento de bens) normalmente de curto prazo para pessoas físicas e empresas.

BANCOS DE DESENVOLVIMENTO: diferentes dos bancos comerciais, se parecem bastante com os bancos de investimento. Uma grande diferença entre esses dois é que os bancos de desenvolvimento são instituições públicas – estaduais ou federais (BNDES) –, que agem para promover o desenvolvimento econômico e social da região em que atua.

BANCOS DE INVESTIMENTO: diferentes dos bancos comerciais porque não recebem depósitos à vista, e estão voltados para apoiar empresas e que precisam de recursos para se modernizar, ampliar sua capacidade de produção etc. Os bancos de investimento também oferecem créditos de médio e longo prazo.

BANCO MUNDIAL: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mais conhecido simplesmente como “Banco Mundial”, foi criado junto com o FMI em 1944. Atualmente sua principal missão é contribuir com o esforço para eliminar a pobreza mundial através de empréstimos a longo prazo e da assistência técnica aos países em desenvolvimento. Os projetos financiados pelo Banco Mundial normalmente são direcionados para o desenvolvimento econômico e social, envolvendo áreas como infraestrutura, educação, agricultura, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, habitação etc. O Banco Mundial se caracteriza não somente por trabalhar com prazos mais longos e juros mais baixos (ou nulos) do que os bancos comerciais, como é próprio de bancos de desenvolvimento, mas também por ser uma organização constituída por países desenvolvidos e em desenvolvimento que são seus membros e acionistas.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID): organização financeira internacional de atuação regional que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento econômico e social de países da América Latina e Caribe. O BID busca promover o comércio e a integração regionais e também atua fornecendo empréstimos e cooperação técnica aos países-membros. O BID é controlado por seus países-membros, que têm o poder de voto proporcional ao montante de recursos que investiram na aquisição de seu capital.

BLOCOS ECONÔMICOS OU COMERCIAIS: formados por alguns países para atuar de forma conjunta em prol de seus interesses. A primeira fase costuma ser a de criar uma área de livre-comércio com a isenção das tarifas de importação de produtos entre os países-membros. Deste modo, um artigo produzido num país pode ser vendido em outro sem a incidência de imposto de importação, respeitando-se apenas as normas sanitárias e outras leis. Se tudo correr bem, com o tempo chega-se a uma integração econômica mais profunda entre seus países-membros e implica medidas como a adoção das mesmas normas de comércio interno e externo, unificando as economias para, eventualmente, unificar moedas e instituições.

BOLSA DE VALORES: local onde as pessoas negociam (isto é, compram e vendem) as ações. Quando as empresas se valorizam, crescem, prosperam, suas ações se valorizam também. Quando elas se desvalorizam, o valor das ações cai.

C

CARTEL: consiste em um acordo feito entre empresas do mesmo ramo. As empresas que formam o cartel normalmente têm produtos similares e fazem o acordo para coordenar preços, produção, parcelas do mercado, alocação de consumidores, dividir territórios de atuação, acertar quem vencerá quais concorrências públicas para prestar serviços ao governo etc. O objetivo é maximizar os lucros, minimizando a concorrência e impedindo o surgimento de novas empresas do ramo na sua área. A formação dos cartéis prejudica os consumidores e é proibida em alguns países, dentre eles o Brasil, e é fiscalizada pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA (CEPAL): órgão da ONU que pesquisa, levanta e estuda dados e propõe medidas para auxiliar no desenvolvimento da região.

CLUBES DE INVESTIMENTOS: associações de pessoas, um clube mesmo, que se reúnem para investir em ações, podendo comprar também debêntures, que são títulos representativos de empréstimos feitos por particulares às empresas.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI): entidade que representa o setor industrial brasileiro e atua ativamente na defesa dos interesses do setor produtivo.

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (CNPJ): equivalente do CPF para as pessoas jurídicas, por isso toda empresa tem que ter o seu CNPJ. O seu número identifica uma pessoa jurídica junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN): órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do SFN, das políticas da moeda, do crédito e do câmbio, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do país.

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS: geradas por empregadores e empregados que destinam parte de sua renda ao governo (por meio da Receita Federal do Brasil) para que, quando não possam mais trabalhar (por velhice, doença, invalidez ou por outro motivo), continuem recebendo algum pagamento mensal.

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS (CPF): banco de dados gerenciado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (órgão do Ministério da Fazenda), que armazena informações cadastrais de contribuintes (pessoas físicas brasileiras ou estrangeiras com negócios no Brasil) ou de cidadãos que se inscreveram voluntariamente.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM): regulamenta, fiscaliza e promove o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários (o que inclui ações, cotas de fundos de investimento, além de outros títulos e contratos emitidos para captar recursos junto ao público), protegendo os investidores de atos irregulares de outros participantes do mercado, assegurando o acesso a informações necessárias à tomada de decisão consciente e bem informada sobre suas aplicações, assegurando o funcionamento regular e eficiente do mercado, estimulando a formação de poupanças e a sua aplicação no financiamento das atividades econômicas.

CONTRIBUIÇÕES: contribuições de melhoria e contribuições sociais. Contribuição de melhoria – Quando o governo faz uma obra que valoriza os imóveis de um local, as pessoas têm de pagar algum valor para o governo. Contribuição social – Podem ser de vários tipos, a mais conhecida delas é a utilizada para custeio da seguridade social, ou seja, a saúde, a previdência e a assistência social.

COOPERATIVAS DE CRÉDITO: formadas por associados que recebem dela empréstimos e outros serviços financeiros em condições mais vantajosas do que as normalmente encontradas no mercado. Os associados podem ser funcionários de uma mesma empresa ou grupo de empresas, profissionais de determinado setor ou empresários.

D

DEMANDA: não é apenas o desejo, mas principalmente a intenção de pagar para dispor de um determinado bem ou serviço. Ela pode ser influenciada por diferentes fatores como o gosto, a renda das pessoas, suas expectativas e os preços. Em princípio, quando sobe o preço a demanda cai.

DESEMPREGO: acontece quando parte da força de trabalho de um país (ou seja, as pessoas em idade de trabalhar e que desejam fazê-lo) não consegue encontrar emprego.

DESEMPREGO FRICCIONAL: nível normal de desemprego que ocorre quando as pessoas saíram de um emprego e estão em busca de outro. Ou quando estão à procura de seu primeiro emprego. Há vaga, mas leva algum tempo até a pessoa encontrá-la.

DESEMPREGO ESTRUTURAL: as vagas de emprego não existem, obrigando a pessoa a mudar de profissão ou localidade. Normalmente causado por inovação tecnológica ou recessão, torna-se grave quando o problema é generalizado, atingindo várias ocupações e todo o país.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: significa desenvolver a economia do país preservando o meio ambiente. Esse parece ser o grande desafio do século XXI.

DESPESA: refere-se ao dinheiro que sai no orçamento, ou seja, o quanto uma pessoa gasta.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE): criação do movimento sindical brasileiro. Foi fundado em 1955 para desenvolver pesquisas que fundamentassem as reivindicações dos trabalhadores.

DINHEIRO: o dinheiro ou moeda surgiu nas economias antigas, resolvendo muitos dos problemas causados pelo escambo. Possui algumas funções e poderes descritos abaixo:

MEIO DE TROCA: uma das funções da moeda. Se todos usam dinheiro para vender e comprar, você pode comprar o que deseja sem precisar trocar diretamente mercadorias como no escambo. Por exemplo, pode vender o mel que produz para outras pessoas e conseguir o dinheiro para comprar o que deseja. Medida de valor, indicando os preços de itens como mel, cabras, peixes, sapatos, serviços de limpeza etc. Por extensão, permitindo que as pessoas façam reservas de valor, preservando seu patrimônio e riqueza. É importante observar que guardar moeda é uma forma (pouco eficiente) de armazenar riqueza, mas não sua causa. Afinal, a inflação diminui o valor da moeda. Com o dinheiro as pessoas também podem liquidar suas dívidas, livrando-se delas. É o poder liberatório da moeda. O dinheiro também é divisível.

DINHEIRO ESCRITURAL: aquele não está lá fisicamente, sendo representado por instrumentos como saldos de contas bancárias.

DIREITOS SOCIAIS DOS CIDADÃOS: para promover a igualdade e garantir certo nível de bem-estar social, o governo mantém serviços de saúde e educação públicos, entre outros, mantidos com os tributos (impostos, taxas e contribuições de melhorias) que todos nós pagamos.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA ECONOMIA: forma como a renda é repartida pelos habitantes de um país ou região. Se a renda for muito concentrada, isto é, se estiver nas mãos de poucos, o país pode ser muito rico e seus habitantes, muito pobres. Por outro lado, o país pode não ser tão rico, mas seus habitantes desfrutarem de um padrão de vida melhor que o da maioria dos habitantes de um país com economia maior. Essa diferença nasce de como a renda gerada no país é distribuída entre os seus habitantes.

E

ECONOMIA DE MERCADO: no Brasil, e na maioria dos países, a economia é formada por muitos mercados, onde os preços sobem e descem em função da oferta e da demanda. Nas economias que se organizam a partir de mercados, os preços são sinais que orientam as decisões das pessoas: preços altos estimulam a oferta, fazendo com que os produtores atuais expandam sua produção e até mesmo que outras pessoas queiram passar a ofertar aquele produto ou serviço. Se os preços caem, ocorre o movimento contrário. Não existe economia de mercado pura. Em qualquer país, há sempre alguns produtos e serviços ofertados pelo governo. São os bens públicos, como segurança, iluminação e boa parte do ensino básico.

ESCAMBO: troca direta de mercadorias. Por exemplo, você produz mel e troca alguns jarros por uma cabra. Depende de que os donos dos produtos queiram fazer a troca em questão.

ESPAÇO PÚBLICO: As cidades devem possuir, além das áreas privadas, uma esfera pública, pertencente e usada pela comunidade. Atualmente, o espaço público é planejado de forma mais integrada e harmônica com as necessidades e desejos das comunidades.

ESPAÇOS PÚBLICOS LIVRES: incluem as áreas de circulação (como a rua), espaços de lazer (como uma praça), de contemplação (como um jardim público) ou de preservação ou conservação (como um grande parque ou mesmo uma reserva ecológica). O governo não cobra ingressos e garante a livre circulação das pessoas.

ÊXODO DE MORADORES: quando uma localidade não tem condições de empregar todos os seus moradores, muitos deles são forçados a partir em busca de emprego em outras cidades.

EXPORTAÇÃO: quando produtos ou serviços produzidos no nosso país são vendidos para o exterior.

EXTERNALIDADE: efeito colateral ou consequência para pessoas externas à transação econômica ou ao negócio, e pode ser positiva ou negativa. Quando as ações de indústrias têm impacto sobre o bem-estar de pessoas que não participaram da ação, estamos diante de uma “externalidade”. O papel do governo é fazer com que o causador da externalidade assuma seus custos, se ela for negativa, ou receba seus benefícios, se positiva.

F

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO (FAO): órgão da ONU cujo foco é a segurança alimentar, sobretudo das populações mais pobres. A FAO divulga estatísticas e estudos e realiza conferências internacionais com o objetivo de orientar governos em suas políticas alimentares.

FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB): ou Gross National Happiness (GNH) como um conceito de desenvolvimento social alternativo ao Produto Interno Bruto (PIB). Os quatro pilares da FIB são: desenvolvimento socioeconômico sustentável e igualitário; preservação e promoção de valores culturais; conservação do meio ambiente; bom governo (ético, eficiente e responsável). Inicialmente visto quase como uma curiosidade (ou mesmo excentricidade), o FIB vem atraindo a atenção de pesquisadores de vários países do mundo.

FUNDO DE INVESTIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO (FICART): composição de recursos, por meio de quotas, constituída na forma de fundos de investimentos e destinados à aplicação em projetos culturais e artísticos. Compete à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, disciplinar a constituição, o funcionamento e a administração do FICART através de instruções específicas.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV): centro de ensino de qualidade e excelência que dedica seus esforços ao desenvolvimento intelectual do país.

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS): todos os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (funcionário de empresa particular ou empregado público) devem possuir uma conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na Caixa Econômica Federal para cada vínculo empregatício existente. Nessa conta, o empregador deve depositar o valor referente a 8% do salário bruto desse trabalhador, à exceção do menor aprendiz, cujo recolhimento é de 2% da remuneração. O Estado brasileiro usa esses recursos para amparar os trabalhadores em alguns casos (para isso existe o FAT, Fundo de Amparo ao Trabalhador) e também para investimentos em habitação, saneamento e infraestrutura. Os trabalhadores podem sacar o FGTS em alguns casos como demissão sem justa causa, para comprar a casa própria, em caso de certas doenças e também em programas de compras de ações de grandes empresas como a Petrobras e a Vale.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI): organização que reúne países do mundo todo com a missão de trabalhar em prol da cooperação monetária, estabilidade financeira e comércio em nível internacional. Suas metas também incluem promover altos níveis de emprego e desenvolvimento econômico sustentável, além de reduzir a pobreza. O FMI busca atingir suas metas de diferentes formas, entre elas fornecendo assessoria técnica e ajuda financeira aos países-membros com dificuldades econômicas. O dinheiro do FMI vem dos países-membros, entre os quais o Brasil.

FUNDO NACIONAL DE CULTURA (FNC): tem o objetivo de captar e destinar recursos para projetos culturais. Sendo um Fundo constituído de recursos diversos oriundos de fontes governamentais e particulares, destinado ao financiamento de projetos culturais de pessoas físicas e jurídicas de caráter cultural, administrado pelo Ministério da Cultura.

G

GRUPO DOS 20 (G-20): grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia (UE). O G-20 não é uma instituição financeira formal e não possui um quadro permanente de profissionais, sendo muito mais um fórum de discussão internacional. A sua presidência é rotativa.

H

HIPOTECA: é uma tomada de empréstimo bancário, dando um imóvel como garantia de pagamento.

I

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): sua missão é identificar e analisar o território, contar a população, mostrar como a economia evolui por meio do trabalho e da produção das pessoas, revelando ainda como elas vivem. Para tanto, este órgão do governo estuda e publica uma série de dados estatísticos sobre diversos aspectos da nossa vida, como população (quantas pessoas há em quais lugares, em que trabalham, como vivem), economia (finanças públicas, PIB e resultados da indústria, agropecuária, comércio, serviços etc.), geociências (recursos naturais, mapas).

IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO (ICMS): é o mais importante tributo cobrado pelos Estados que incide sobre cada etapa da circulação de todo tipo de mercadoria e de alguns serviços. Em cada uma das etapas, deve haver a emissão de nota ou cupom fiscal. O imposto também incide sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal, de comunicações e de energia elétrica, dentre outros. Na maioria dos casos, as empresas repassam esse imposto ao consumidor, embutindo-o nos preços dos produtos. As mercadorias normalmente são tributadas de acordo com sua importância. Assim, para produtos básicos, como o arroz e o feijão, o ICMS cobrado é menor do que no caso de produtos supérfluos, como cigarros, bebidas alcoólicas e perfumes.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH): criado para medir o nível de bem-estar social das populações dos países do mundo. Ele é calculado regularmente pela ONU. Este é um índice que engloba três dimensões: renda, educação e esperança média de vida. Seu objetivo é ser uma medida padronizada de avaliação do bem-estar da população de uma localidade (país, estado, município, bairro etc.). O IDH, portanto, pode ser calculado para um país, estado, cidade ou mesmo um bairro. Todos os países membros da ONU são anualmente avaliados e recebem seu valor de IDH, que varia entre 0 (nenhum desenvolvimento) e 1 (desenvolvimento pleno).

ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO (IGPM): indexador que toma por base o preço de mercado de alguns produtos

IMPORTAÇÃO: quando compramos produtos ou serviços produzidos no exterior.

IMPOSTOS: são tributos obrigatórios e independem de qualquer contrapartida. O contribuinte não sabe exatamente onde o dinheiro será investido. O governo tem o poder de impô-lo, por isso o termo imposto, mas há limites legais para esse poder. Os impostos podem ser diretos ou indiretos. No caso dos indiretos, estes estão embutidos nos preços dos produtos ou serviços. A gente paga indiretamente quando compra alguma coisa ou contrata um serviço. O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) é um exemplo. Nesse caso, o percentual do imposto não varia de acordo com a renda da pessoa, como acontece com o Imposto de Renda, que é um exemplo de imposto direto porque incide direto sobre a renda.

IMPOSTO DE RENDA: imposto federal que incide sobre valores recebidos por todos os contribuintes que tenham obtido um ganho acima de um determinado valor. O valor do imposto de renda é calculado com base na renda da pessoa, quanto maior a renda, mais ela paga de imposto. Existem deduções que podem ser feitas do imposto devido, é o caso de dependentes, contribuições previdenciárias, despesas médicas e com educação etc.

INADIMPLÊNCIA: é o não pagamento de dinheiro devido.

INSUMO: um bem ou serviço utilizado na produção de outro bem ou serviço

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS): órgão público que administra as contribuições para a manutenção do Regime Geral da Previdência Social, sendo o responsável pelo pagamento da aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente, entre outros benefícios previstos em lei. Todos que tem remuneração em carteira assinada contribuem para o INSS.

ÍNDICE DE INFLAÇÃO: um número expresso em porcentagem, que mostra como os preços variaram entre duas determinadas datas, medindo a inflação.

INFLAÇÃO: aumento contínuo e generalizado dos preços. Como o nome diz, os preços dos produtos estão inflados.

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU): é um imposto municipal que as pessoas pagam pelo imóvel que possuem como proprietárias.

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISS): é um imposto municipal pago por empresas ou profissionais autônomos ou liberais ao prestarem serviço para alguém, como médicos, advogados, qualquer tipo de consultoria etc. Apesar de o imposto ser pago por quem presta o serviço, muitos municípios determinam que os clientes são os responsáveis pelo recolhimento do imposto, devendo descontar seu valor do pagamento feito à empresa ou ao autônomo.

J

LEIS DE “INCENTIVO FISCAL”: permitem que as empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoas físicas) apliquem uma parte do seu imposto de renda em ações culturais ou esportivas.

LEI ROUANET: lei de incentivo fiscal porque permite que as empresas usem até 4% do valor do Imposto de Renda (IR) para projetos culturais. Assim, se a empresa deve R\$ 100.000,00 de IR ao governo, pode usar até R\$ 4.000,00 para ajudar a produzir um filme ou uma peça de teatro.

LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE (LEI Nº 11.438, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006): contém incentivos similares aos da Lei Rouanet.

LEI DA OFERTA E DA DEMANDA: afirma que toda vez que a demanda fica maior do que a oferta, o preço sobe. Se a demanda supera a oferta, alguém sempre pode se dispor a pagar mais pelo produto, e os preços começam a subir. Do mesmo modo, se a oferta fica maior que a demanda, o preço cai. Quando a oferta supera a demanda, significa que existe sobra do produto.

M

MECENATO: apoio conferido por pessoas físicas ou jurídicas contribuintes do imposto sobre a renda a projetos culturais aprovados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC, destinando ou aplicando parte do imposto devido em favor desses projetos.

MERCADOS: locais físicos ou virtuais de encontro para compra e venda, como as feiras livres ou determinados sites. Em economia, mercado normalmente significa o conjunto de compradores e vendedores de um bem ou serviço em uma determinada área. Assim, o mercado de pães da sua cidade é formado por quem vende pão, geralmente padarias e supermercados (oferta), e por quem compra pão, donas de casa, escolas que servem lanche aos seus alunos e funcionários etc. (demanda), no município em que você mora.

MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL): bloco econômico que começou como uma aliança comercial entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, estabelecendo uma área de livre-comércio entre esses países para dinamizar suas economias. Em 1995, a zona de livre-comércio do Mercosul converteu-se em união aduaneira. Uma das metas atuais do bloco é a criação da universidade do Mercosul, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), que será uma instituição de ensino superior pública sediada na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná.

METAS PARA A INFLAÇÃO: estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é quem formula a política da moeda e do crédito, objetivando a estabilidade dos preços e o desenvolvimento econômico e social do país. O governo então assume o compromisso de evitar a inflação.

MOEDA: ver dinheiro.

MONOPÓLIO: quando só uma pessoa ou empresa pode fornecer um produto ou serviço. Ela tem poder de mercado. Ela consegue cobrar pelos seus produtos um preço mais alto do que cobraria se tivesse concorrentes.

N

TRATADO NORTE-AMERICANO DE LIVRE-COMÉRCIO (NAFTA): basicamente é um tratado entre o Canadá, México e Estados Unidos da América, tendo o Chile como associado, que entrou em vigor em 1994 e busca criar um ambiente de livre-comércio, com custo reduzido para troca de mercadorias entre os três países. O NAFTA não pretende criar um conjunto de corpos governamentais supranacionais, como a União Europeia; seus objetivos restringem-se a ampliar os mercados e a produtividade de seus países-membros, que passam a poder se instalar nos países que apresentarem os menores custos de produção.

NOTA PROMISSÓRIA: é uma promessa de pagamento.

O

OFERTA: composta pelas pessoas que querem vender um produto ou serviço por um determinado preço. Em princípio, quando os preços sobem, a oferta aumenta, pois as pessoas se sentem mais motivadas a vender. Além do preço, outras coisas afetam a quantidade oferecida, como os insumos e seus preços, a tecnologia que pode tornar uma produção maior mais fácil, as expectativas.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT): agências do Sistema das Nações Unidas fundada com o objetivo de promover a justiça social, a OIT é a única que tem estrutura tripartite, na qual os representantes dos empregadores e dos trabalhadores têm os mesmos direitos que os do governo.

OLIGOPÓLIO: é quando um pequeno grupo de empresas controla a oferta de um bem ou serviço. Não tem o mesmo poder de um monopólio, mas também influencia os preços.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC): organização internacional que trata das regras sobre o comércio entre os seus países membros (um total de 153 países em 2009). Os países que compõem a OMC negociam, resolvem seus conflitos e assinam acordos que depois têm de ser confirmados pelo parlamento (ou congresso) de cada nação e passam a regular o comércio internacional.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU): instituição internacional formada por 192 Estados soberanos, fundada após a Segunda Guerra Mundial para manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações cordiais entre as nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos.

ORÇAMENTO PÚBLICO: ferramenta financeira que pode ser entendida, em termos mais simples, como sendo similar a uma tabela em que de um lado estão as receitas, e, do outro, as despesas (o orçamento de um país pode ser a maior tabela que você já viu, com mais de 5 mil linhas). As receitas representam o dinheiro que entra, com o qual se pagará as despesas. A fonte de receita dos governos vem principalmente dos tributos (taxas, impostos e contribuições de melhorias) que os cidadãos pagam. O orçamento público indica quanto dinheiro está destinado a cada serviço público que o governo presta à população.

P

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): ao aderir ao PDE, os municípios e estados devem realizar um diagnóstico minucioso da realidade educacional local. A partir desse diagnóstico, desenvolverão um conjunto coerente de ações. Esse conjunto de ações é o PAR.

PLANO DE METAS COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO (PDE): busca melhorar as condições de acesso, permanência, conclusão e sucesso dos alunos de forma a não comprometer o presente e o futuro das novas gerações e do desenvolvimento social e econômico do país. O plano foi pensado para funcionar com a colaboração dos municípios e estados e também das famílias e da comunidade, num esforço de todos para melhoria dos indicadores educacionais.

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE): presta assistência financeira às escolas públicas de educação básica. O programa engloba várias ações e objetiva a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB): soma de tudo o que se produz no país. O PIB é a medida do tamanho de uma economia, ou seja, quanto mais se produz num país, maior o PIB.

PIB “PER CAPITA”: (se pronuncia “cápita”; “per capita” quer dizer “por cabeça”, ou seja, por pessoa) é o resultado da divisão do PIB pelo número de habitantes do país e dá uma medida do grau de desenvolvimento do país. O PIB per capita equivale à renda per capita, o que dá uma ideia de qual PODERIA ser o ganho médio de cada indivíduo da população.

PLANEJAMENTO: refere-se ao conjunto de ações que se inicia ao traçar metas e avaliar as dificuldades do caminho para vencê-las, depois evolui para se elaborar um plano com etapas para atingir as metas, contornando ou resolvendo as dificuldades previstas.

PODER AQUISITIVO OU PODER DE COMPRA: significa o quanto você consegue comprar. Se o salário não acompanha a inflação, o poder de compra cai.

POUPADORES: pessoas que gastam menos do que ganham, dispõem de excedentes financeiros.

POUPANÇA: é a parte da receita que não é consumida, ou seja, é o dinheiro que se guarda, com o objetivo de utilizá-lo no futuro.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: sistema de acumulação de recursos visando a proporcionar, na aposentadoria, uma renda mensal complementar aos valores pagos pela Previdência Social. A previdência complementar é opcional, pode ser aberta, ou seja, disponível a qualquer pessoa que tenha interesse em participar (os produtos de previdência complementar aberta são elaborados por seguradoras ou entidades abertas de previdência complementar – EAPC), ou fechada, que inclui aquela que é voltada tanto a empregados quanto a trabalhadores vinculados a alguma entidade representativa de classe, como sindicatos, cooperativas, associações e outras.

PREVIDÊNCIA SOCIAL: área do governo que garante a renda do contribuinte em caso de velhice, doença, acidente, gravidez, morte e prisão. Previdência pública disponível para todos os brasileiros tem como meta garantir que as pessoas em geral tenham aposentadorias que lhes permitam viver com estabilidade e dignidade. É pública e obrigatória.

PRONAC: instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que financia projetos culturais de pessoas físicas e/ou jurídicas de natureza cultural, via captação e distribuição de recursos financeiros através do Fundo Nacional de Cultura – FNC, do Mecenato e do Fundo de Investimento Cultural e Artístico – FICART.

R

RECEITA: refere-se ao dinheiro que entra no orçamento, ou seja, o quanto uma pessoa recebe.

RECESSÃO: ciclo econômico em que há uma queda da renda e da produção, e o desemprego aumenta. Quando se agrava, torna-se uma depressão.

S

SALÁRIO MÍNIMO: a constituição federal brasileira de 1988 estabelece, no capítulo II (Direitos Sociais), artigo 6º, o direito de todo trabalhador a um salário mínimo. A cláusula IV define o valor do salário como “capaz de atender a suas [do trabalhador] necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social”. A cláusula IV também garante reajustes periódicos do salário mínimo para preservar o poder aquisitivo do trabalhador diante da inflação. Por isso o salário mínimo tem seu valor reajustado todo ano.

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (SFN): ambiente em que se faz a intermediação do mercado financeiro. As instituições financeiras, as empresas privadas ou públicas que podem fazer essa intermediação recebendo depósitos à vista (se forem bancárias) ou não (se não forem bancárias, trabalhando com ações, por exemplo), compõem o “subsistema operativo do SFN”. Elas operam dentro de um conjunto de regras e são fiscalizadas principalmente pelos órgãos públicos do subsistema supervisor do SFN

SOCIEDADES DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO: mais conhecidas como “financeiras”. Elas se dedicam ao financiamento de “bens duráveis” para pessoas físicas, ou seja, emprestam recursos para que as pessoas possam comprar a prazo coisas como máquina de lavar, carro, geladeira, por meio do crédito direto ao consumidor. Elas também podem repassar recursos do governo e fazer empréstimos pessoais.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC): responsável pela supervisão e fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar, mais conhecidas como fundos de pensão, visando garantir o pagamento dos benefícios aos participantes dos planos de previdência fechados.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP): autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização e resseguro.

T

TARIFAS: para proteger a produção nacional, e seus empregos, muitos governos usam recursos como impor tarifas (tornando as importações mais caras) ou quotas de importação (limitando as importações em volume). Esses recursos são usados também para compensar restrições feitas às nossas exportações por outros países.

TAXAS: tributo para o qual há uma vinculação. Como a prestação de um serviço público de que a população necessita. Ex: taxa de incêndio que garante verbas para os bombeiros. As taxas estão relacionadas à fiscalização e licenciamentos em geral e são organizadas em “competências”, em níveis federal, estadual, municipal ou distrital. Portanto, só o município pode cobrar taxas de competência municipal, como a taxa de coleta domiciliar de lixo.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB: mostra quanto a renda nacional vem crescendo ao longo do tempo.

TOMADORES: pessoas que precisam de mais recursos do que dispõem para cobrir seus gastos ou para empreender abrindo seu próprio negócio.

TRIBUTOS: principal fonte de receita dos governos municipais, estaduais e federal.

U

UNIÃO EUROPEIA: o mais antigo dos blocos econômicos, em 2009 possuía 27 estados-membros. O Tratado de Maastricht, que entrou em vigor em 1993, estabeleceu três pilares de integração para a União Europeia: comunitário (políticas comuns e mercado interno); política externa e segurança; assuntos internos (imigração, asilo, polícia, justiça etc). Contudo, o elemento mais marcante da integração, para muitas pessoas, foi a adoção, em 1999, de uma moeda comum para diferentes países: o euro. Antes do euro, cada país tinha a sua moeda.